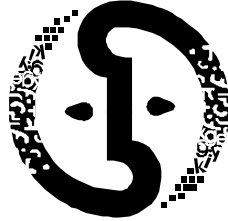


CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS



ISAAR (CPF)

**Norma Internacional de Registo de Autoridade
Arquivística para Pessoas Colectivas,
Pessoas Singulares e Famílias**

Segunda Edição

Dedicado a

Hugo Leendert Philip Stibbe

Secretário e Director de Projecto
da Comissão Ad Hoc para as Normas de Descrição do CIA (1990-1996)
e do Comité das Normas de Descrição do CIA (1996-2000)

e a

Kent Haworth

Membro do Comité das Normas de Descrição do CIA (1996-2000)
Secretário e Director de Projecto
do Comité das Normas de Descrição do CIA (2000-2002)

PREPARADO POR

Comité das Normas de Descrição do CIA – Adoptado em Camberra, Austrália, 27-30 Outubro 2003

DISTRIBUIÇÃO

A norma do CIA ISAAR(CPF) 2ª edição é distribuída gratuitamente a todos os membros do CIA e está acessível no web site do CIA www.ica.org

COPYRIGHT

© Conselho Internacional de Arquivos, 60, rue des Francs-Bourgeois, 75003 Paris, França.

REPRODUÇÃO E TRADUÇÃO

A publicação ou a reprodução total ou parcial dos textos por organismos com objectivos não lucrativos é autorizada, na condição que a fonte seja citada.

ISBN

ISAAR(CPF): Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias / Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo.- 2ª ed.- Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2004.- 79 p.; 30 cm.

ISBN:

DL:

1. Arquivística. 2. Descrição de produtores de documentação – Normas I Conselho Internacional de Arquivos. Comité de Normas de Descrição.

© Conselho Internacional de Arquivos

O original deste documento é em inglês. A presente tradução é apenas um documento de referência. Não é um documento oficial.

Versão portuguesa elaborada por:

Lucília Runa (Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo)

Joana Braga Sousa (Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	6
1. ÂMBITO E OBJECTIVO	9
2. NORMAS RELACIONADAS	11
3. GLOSSÁRIO DE TERMOS E DEFINIÇÕES	13
4. ESTRUTURA E UTILIZAÇÃO DA NORMA	14
5. ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO	17
5.1. ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	17
5.1.1. Tipo de entidade	17
5.1.2. Forma(s) autorizada(s) do nome	17
5.1.3. Formas paralelas do nome	18
5.1.4. Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras	18
5.1.5. Outras formas do nome	19
5.1.6. Identificadores para pessoas colectivas	20
5.2. ZONA DA DESCRIÇÃO	20
5.2.1. Datas de existência	20
5.2.2. História	21
5.2.3. Lugares	22
5.2.4. Estatuto legal	22
5.2.5. Funções, ocupações e actividades	23
5.2.6. Mandatos/Fontes de autoridade	25
5.2.7. Estruturas internas/Genealogia	26
5.2.8. Contexto geral	27
5.3. ZONA DAS RELAÇÕES	28
5.3.1. Nome/Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	28
5.3.2. Tipo de relação	28
5.3.3. Descrição da relação	29
5.3.4. Datas da relação	29
5.4. ZONA DO CONTROLO	31
5.4.1. Identificador do registo de autoridade	31
5.4.2. Identificadores da instituição	31
5.4.3. Regras e/ou convenções	32
5.4.4. Estatuto	33
5.4.5. Nível de detalhe	33
5.4.6. Datas de criação, revisão ou eliminação	33
5.4.7. Línguas e escritas	34
5.4.8. Fontes	34
5.4.9. Notas de manutenção	35

6. RELAÇÕES DAS PESSOAS COLECTIVAS, PESSOAS SINGULARES E FAMÍLIAS COM A DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO E OUTROS RECURSOS	36
6.1. Identificadores e títulos dos recursos relacionados	36
6.2. Tipos de recursos relacionados	36
6.3. Natureza das relações	36
6.4. Datas dos recursos relacionados e/ou das relações	37
APÊNDICE A – Quadro comparativo dos elementos de descrição da primeira e da segunda edições da ISAAR (CPF)	40
APÊNDICE B – Exemplos completos	41
1. Descrição de pessoa colectiva. Língua: Inglês (EUA)	41
2. Descrição de pessoa colectiva. Língua: Espanhol (Espanha)	43
3. Descrição de pessoa colectiva. Língua: Espanhol (México)	48
4. Descrição de pessoa colectiva. Língua: Português (Brasil)	51
5. Descrição de pessoa singular. Língua: Inglês (Austrália)	56
6. Descrição de pessoa singular. Língua: Italiano (Itália)	63
7. Descrição de pessoa singular. Língua: Sueco (Suécia)	68
8. Descrição de pessoa singular. Língua: Inglês (Alemanha)	70
9. Descrição de pessoa singular. Língua: Inglês (EUA)	71
10. Descrição de família. Língua: Inglês (Reino Unido)	73
11. Descrição de família. Língua: Francês (França)	77

PREFÁCIO

- P1.** A primeira edição desta norma foi desenvolvida pela Comissão Ad Hoc do CIA para as Normas de Descrição (ICA/DDS), entre 1993-1995. A norma foi publicada pelo CIA em 1996. A Comissão das Normas de Descrição transformou-se num comité permanente no Congresso Internacional de Arquivos, em Pequim, China, em 1996. O presente Comité de Normas de Descrição tomou como tarefa prioritária do seu programa de trabalho para 2000-2004, a revisão da ISAAR(CPF).
- P2.** Esta segunda edição da ISAAR (CPF) resulta de um processo de revisão de 5 anos realizado pelo Comité de Normas de Descrição do CIA. O pedido de comentários à comunidade arquivística internacional tendo em vista a revisão, ocorreu no final do ano 2000, através de cartas remetidas a todos os membros institucionais ou associativos, bem como a organismos relevantes pertencentes ao CIA, ou exteriores a ele. O anúncio foi também enviado por correio electrónico para a Lista do CIA e para outras listas de discussão. A data final para o envio dos comentários foi 31 de Julho de 2001, com o objectivo de iniciar a revisão na reunião plenária do Comité, em Bruxelas, de 3 a 6 de Outubro de 2001.
- P3.** Em Agosto de 2001 o Secretariado do ICA/CDS tinha recebido 18 propostas de comités nacionais, organizações e personalidades. Os comentários foram compendiados e distribuídos a todos os membros do Comité, antes da realização da reunião plenária, em Bruxelas.
- P4.** A reunião plenária do ICA/CDS em Bruxelas considerou os comentários recebidos e decidiu sobre as alterações a efectuar à norma. Subsequentemente, foi elaborado um projecto de texto de revisão da ISAAR (CPF), reflectindo as decisões tomadas em Bruxelas. Este texto circulou entre os membros do Comité e foi posteriormente aperfeiçoado nas reuniões plenárias do Comité, em Madrid, em Junho de 2002, e no Rio de Janeiro, em Novembro de 2002. Foi publicado no *web site* do ICA/CDS em Janeiro de 2003. Nesta mesma data, e até 15 de Julho de 2003, foi solicitado à comunidade arquivística internacional o envio de comentários ao texto revisto. Esses comentários foram considerados na reunião plenária do Comité, em Camberra, Austrália, em Outubro de 2003, altura em que foi aprovada a versão revista da norma e entregue para impressão, para ser apresentada no Congresso do CIA, em Viena, Áustria, em 2004.
- P5.** Esta segunda edição da ISAAR(CPF) é uma versão ampliada e reestruturada da primeira edição da norma (1996). A edição da norma de 1996 continha três zonas, uma Zona do Controlo da Autoridade, uma Zona da Informação, e uma Zona das Notas. Esta edição contém quatro zonas: uma Zona da Identificação (similar à anterior Zona do Controlo da Autoridade); uma Zona da Descrição (similar à anterior Zona da Informação); uma Zona das Relações e uma Zona do Controlo (similar à anterior Zona das Notas). As duas últimas zonas são, essencialmente, novos contributos à norma, apesar de já existir alguma informação sobre as relações no elemento 2.3.8. da edição de 1996. Os elementos e as regras contidos nas quatro novas zonas foram estruturados e redigidos com o objectivo de assegurar uma plena compreensão dos conceitos e uma melhor prática na documentação do contexto de produção dos arquivos. Esta edição contém, ainda, uma secção que descreve o modo como os registos de autoridade arquivística se podem ligar à

documentação de arquivo e a outros recursos, incluindo as descrições arquivísticas feitas de acordo com a norma ISAD(G). Os comentários recebidos da comunidade profissional durante o processo de revisão, indicaram a necessidade de proporcionar maior clareza e orientações mais completas do que as proporcionadas pela edição de 1996. O Comité espera que esta nova edição responda à maior parte das preocupações práticas e teóricas dos profissionais que se empenharam na elaboração de sistemas de controlo de autoridades arquivísticas de acordo com a norma ISAAR(CPF). É apresentado um quadro comparativo dos elementos de descrição da primeira e da segunda edições da ISAAR (CPF) no apêndice A.

Os membros do Comité de Normas de Descrição do CIA que participaram na revisão e pertenceram ao Comité durante o período 2000-2004 são os seguintes:

Nils Brübach (Alemanha)
Herman Coppens (Bélgica)
Adrian Cunningham (Austrália) *director do projecto e secretário, 2002-2004*
Blanca Desantes Fernández (Espanha)
Vitor Manoel Marques da Fonseca (Brasil)
Michael Fox (Estados Unidos da América)
Bruno Galland (França)
Kent Haworth (Canadá) *director do projecto e secretário, 2000-2002*
Juan Manuel Herrera (México), 2002-2003
Gavan McCarthy (Australia), 2002-
Per-Gunnar Ottosson (Suécia)
Lydia Reid (Estados Unidos da América)
Dick Sargent (Reino Unido)
Hugo Stibbe (Canadá) *director do projecto e secretário interino, Junho 2002*
Yolia Tortolero (Mexico), 2003-
Stefano Vitali (Itália) *presidente*

O Comité de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (ICA/CDS) agradece o patrocínio de suas reuniões plenárias às seguintes instituições:

Archives Générales du Royaume e Archives de l'État dans les Provinces (Bruxelas, Bélgica)

Ministerio de Cultura. Subdirección General de los Archivos Estatales (Espanha)

Arquivo Nacional (Brasil)

National Archives of Australia

UNESCO

Sem o seu contributo fundamental para o financiamento e para a organização das reuniões, a revisão desta norma não teria sido possível.

1. ÂMBITO E OBJECTIVO

- 1.1. Esta norma faculta orientações para a preparação de registos de autoridade arquivística que proporcionam descrições das entidades (pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias) associadas à produção e gestão de arquivos.
- 1.2. Os registos de autoridade arquivística podem ser utilizados para:
 - a) descrever uma pessoa colectiva, pessoa singular ou família como unidades inseridas num sistema de descrição arquivística;
 - b) controlar a criação e utilização de pontos de acesso nas descrições arquivísticas;
 - c) documentar as relações entre diferentes produtores de arquivos e entre estas entidades e os documentos de arquivo por elas produzidos e/ou outros recursos relacionados.
- 1.3. A descrição dos produtores de documentos de arquivo é uma actividade essencial dos arquivistas, independentemente de as descrições se integrarem em sistemas manuais ou informatizados. Esta actividade requer informação completa e actualização contínua do contexto de produção e utilização dos documentos de arquivo, particularmente sobre a sua proveniência.
- 1.4. A norma que complementa a presente, a ISAD(G): *General International Standard Archival Description*, prevê a inclusão de informação contextual em qualquer nível, na descrição dos arquivos. A norma ISAD(G) reconhece também a possibilidade de criar e manter informação contextual independente e de a ligar a outros elementos de informação usados na descrição de arquivos.
- 1.5. São muitas as razões pelas quais a criação e manutenção deste tipo de informação contextual constitui uma componente essencial da descrição arquivística. Tal prática permite a ligação de descrições de um produtor e da informação contextual às descrições de documentos do(s) mesmo(s) produtor(es), que podem ser custodiados por mais do que uma entidade detentora. Permite ainda a ligação às descrições de outros recursos, como os biblioteconómicos e museológicos, relacionados com a entidade em questão. Tais ligações melhoram a gestão dos documentos e facilitam a pesquisa.
- 1.6. Quando vários serviços de arquivo custodiam documentos de um determinado produtor, podem mais facilmente partilhar ou ligar informação contextual acerca dele se essa informação assumir um formato normalizado. Esta normalização é particularmente benéfica a nível internacional quando a partilha de ou ligação com a informação contextual ultrapassa as fronteiras nacionais. O carácter multinacional dos arquivos, passados e presentes, incentiva a normalização internacional, que permitirá a troca de informação contextual. Por exemplo, processos como colonização, imigração e comércio, contribuíram para o carácter multinacional dos arquivos.
- 1.7. Esta norma tem como objectivo a partilha de descrições dos produtores de documentos, promover a preparação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas das pessoas colectivas, das pessoas singulares e das famílias que os produziram. Foi concebida para ser utilizada em conjugação com as normas nacionais existentes, ou para servir de base ao seu desenvolvimento.

- 1.8. Os registos de autoridade arquivística são semelhantes aos registos de autoridade biblioteconómicos, na medida em que ambos devem permitir a criação de pontos de acesso normalizados nas descrições. O nome do produtor da unidade de descrição constitui um dos pontos de acesso mais importantes. Os pontos de acesso podem assentar no uso de qualificativos, essenciais para esclarecer a identidade das entidades assim designadas e permitir fazer a distinção entre diferentes entidades com o mesmo nome ou nomes muito similares.
- 1.9. Os registos de autoridade arquivística devem, no entanto, responder a um maior número de exigências do que os registos de autoridade biblioteconómicos. Essas exigências adicionais estão associadas à importância assumida pela informação sobre os produtores e sobre o contexto de criação dos documentos nos sistemas de descrição arquivístico. Assim sendo, os registos de autoridade arquivística vão mais longe e normalmente contêm muito mais informação do que os registos de autoridade biblioteconómicos.
- 1.10. O primeiro objectivo desta norma consiste, portanto, em fornecer regras gerais para a normalização da descrição arquivística dos produtores de documentos de arquivo e do contexto de produção desses documentos, permitindo:
- o acesso a arquivos com base na descrição do seu contexto de produção, por sua vez ligada às descrições dos próprios documentos de arquivo, tantas vezes diversos e fisicamente dispersos;
 - aos utilizadores a compreensão do contexto subjacente à produção e utilização dos arquivos, para melhor interpretarem o seu sentido e significado;
 - a identificação precisa dos produtores de documentos de arquivo, incorporando descrições das relações entre as diferentes entidades, especialmente informação relativa a mudanças administrativas no que respeita a pessoas colectivas ou mudanças de circunstâncias pessoais no que toca às pessoas singulares e famílias; e
 - o intercâmbio destas descrições entre instituições, sistemas e/ou redes.
- 1.11. Um registo de autoridade arquivística em conformidade com esta norma pode também servir para controlar a forma do nome e a identidade da pessoa colectiva, da pessoa singular e da família, através de um ponto de acesso relacionado com a unidade de descrição arquivística.

2. NORMAS RELACIONADAS

Nota: Esta lista inclui as datas das normas relevantes que existiam no momento da finalização da segunda edição da norma ISAAR(CPF) no final de 2003. Aos futuros leitores pede-se que tenham em consideração a ultima versão de cada norma.

ISAD (G) - *General International Standard Archival Description*, 2nd ed., Madrid: International Council on Archives, 2000¹.

ISO 639-2 - *Codes for the representation of names of languages, Alpha-3 code*, Geneva: International Standards Organization, 1998.

ISO 690 - *Documentation - Bibliographic references - Content, form and structure*, Geneva: International Standards Organization, 1987².

ISO 999 - *Information and documentation - Guidelines for the content, organization and presentation of indexes*, Geneva: International Standards Organization, 1996³.

ISO 2788 - *Documentation - Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri*, Geneva: International Standards Organization, 1986⁴.

ISO 3166 - *Codes for the representation of names of countries*, Geneva: International Standards Organization, 1997.

ISO 5963 - *Documentation - Methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms*, Geneva: International Standards Organization, 1985⁵.

ISO 5964 - *Documentation - Guidelines for the establishment and development of multilingual thesauri*, Geneva: International Standards Organization, 1985.

ISO 8601 - *Data elements and interchange formats - Information interchange - Representation of Datas and times*, 2nd ed., Geneva: International Standards Organization, 2000⁶.

¹ N. do T.: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAD(G): *Norma geral internacional de descrição arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de Setembro de 1999*. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002. Disponível na Internet em: <http://www.iannt.pt/instituto.html?menu=menu_organizar_arquivos&conteudo_nome=Descrição%20e%20acesso&conteudo=descricao_acesso>

² N. do T.: NP 405-1. 1994, Informação e documentação. *Referências bibliográficas: Documentos impressos*. Lisboa: IPQ. NP 405-2. 1998, Informação e documentação. *Referências bibliográficas. Parte 2: Documentos materiais não livro*. Lisboa: IPQ.

³ N. do T.: NP 739. 1969, Índices de publicações. Lisboa: IPQ.

⁴ N. do T.: NP 4036. 1992, Documentação. *Tesouros monolíngues: Directivas para a sua construção e desenvolvimento*. Lisboa: IPQ.

⁵ N. do T.: NP 3715. 1989, Documentação. *Métodos para a análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação*. Lisboa: IPQ.

⁶ N. do T.: Existe já uma versão actualizada desta ISO, datada de 2000, e a correspondente NP EN 28601: 1996, Dados e formatos de troca. Troca de informação. Representação de datas e horas.

ISO 15489 - *Information and documentation - Records management, parts 1 and 2*, Geneva: International Standards Organization, 2001.

ISO 15511 – *Information and documentation – International standard identifier for libraries and related organizations*, Geneva: International Standards Organization, 2002.

ISO 15924 - *Codes for the representation of names of scripts*, Geneva: International Standards Organization, 2001.

Guidelines for Authority Records and References / revised by the International Federation of Library Associations Working Group on GARE revision, 2nd ed., München: K.G. Saur, 2001 (UBCIM Publications New series, vol. 23).

Mandatory data elements for internationally shared resource authority records: report of the IFLA UBCIM Working group on Minimal Level Authority records and ISADN, 1988. <<http://ifla.org/VI/3/p1996-2/mlar.htm>> (conhecido por “MLAR”).

Form and structure of corporate headings: recommendations of the Working Group on Corporate Headings. Approved by the Standing Committees of the IFLA Sections on Cataloguing and the IFLA Section on Official Publications, 1980. (atualizado em Catalogação Internacional e Controlo Bibliográfico em 1992).

3. GLOSSÁRIO DE TERMOS E DEFINIÇÕES

3.1 O glossário que se segue é parte integrante desta norma. Os termos são definidos no contexto das regras.

Descrição arquivística. A elaboração de uma representação exacta de uma unidade de descrição e das partes que a compõem, caso existam, através da recolha, análise, organização e registo de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar a documentação de arquivo, assim como o contexto e o sistema de arquivo que a produziu. Este termo também se aplica ao resultado desse processo (*Archival description*).

Documento de arquivo. A informação de qualquer tipo, registada em qualquer suporte, produzida ou recebida e conservada por um organismo ou pessoa, no exercício das suas competências, ou actividades (*Record*).

Pessoa colectiva. O organismo ou grupo de pessoas identificado por um nome próprio e que age, ou pode agir, como uma entidade. Pode incluir um indivíduo agindo enquanto pessoa colectiva (*Corporate body*).

Ponto de acesso . O nome, termo, palavra-chave, expressão ou código que pode ser utilizado para pesquisar, identificar e localizar descrições arquivísticas, incluindo registos de autoridade (*Access point*).

Produtor. A pessoa colectiva, família ou pessoa singular que produziu, acumulou e/ou conservou documentos de arquivo no decurso das suas actividades. Não confundir com coleccionador (*Creator*).

Proveniência. A relação entre os documentos de arquivo e as pessoas colectivas ou singulares que os produziram, acumularam e/ou conservaram e os utilizaram no decurso das suas actividades (*Provenance*).

Qualificativo. A informação adicionada a um elemento de descrição para ajudar a identificação, compreensão e/ou utilização do registo de autoridade (*Qualifier*).

Registo de autoridade. A forma autorizada do nome de uma entidade combinada com outros elementos de informação que identificam e descrevem essa entidade, podendo remeter para outros registos de autoridade relacionados (*Authority record*).

4. ESTRUTURA E UTILIZAÇÃO DA NORMA

- 4.1. A presente norma determina o tipo de informações que pode ser incluído num registo de autoridade arquivística e fornece orientações sobre a forma de os integrar num sistema de controlo da descrição. O conteúdo dos elementos de informação incluídos no registo de autoridade será determinado pelas convenções e/ou regras seguidas pelos serviços.
- 4.2. Esta norma compõe-se de elementos de informação e cada um contém:
 - a. nome do elemento de descrição;
 - b. enunciado do objectivo do elemento de descrição;
 - c. enunciado da regra (ou regras) aplicável(eis) a esse elemento; e
 - d. quando aplicável, exemplos ilustrativos da aplicação da regra.
- 4.3. Os parágrafos estão numerados apenas para efeitos de citação. Estes números não devem ser utilizados para designar os elementos de descrição, nem para fixar a ordem ou a estrutura das descrições.
- 4.4. Os elementos de descrição para um registo de autoridade arquivística organizam-se em quatro zonas de informação:
 1. Zona da Identificação
(informação destinada a identificar de forma unívoca a entidade descrita e a definir um ponto de acesso normalizado);
 2. Zona da Descrição
(informação relevante sobre a natureza, contexto e actividades da entidade descrita);
 3. Zona das Relações
(regista e descreve as relações com outras pessoas colectivas, pessoas singulares, e/ou famílias);
 4. Zona do Controlo
(identifica, de forma unívoca, o registo de autoridade e regista como, quando e por que serviço o registo de autoridade foi criado e mantido).
- 4.5. A presente norma fornece também, na Secção 6, orientações para a ligação dos registos de autoridade arquivística às descrições dos documentos produzidos pela entidade e/ou a outros recursos de informação sobre ela ou por ela produzidos. A Secção 6 inclui ainda modelos que ilustram as relações entre os registos de autoridade que descrevem produtores de documentos de arquivo e descrições dos arquivos produzidos por essas entidades.
- 4.6. O Apêndice A fornece um quadro comparativo dos elementos descritivos da primeira e da actual edição da norma. O Apêndice B fornece os exemplos completos para registos de autoridade arquivística compilados de acordo com esta norma.
- 4.7. Todos os elementos abrangidos por estas normas são utilizáveis para estabelecer registos de autoridade, mas os seguintes quatro elementos são indispensáveis:
 - a. Tipo de entidade (elemento 5.1.1);
 - b. Forma(s) autorizada(s) do nome (elemento 5.1.2);

- c. Datas de existência (elemento 5.2.1); e
 - d. Identificador do registo de autoridade (elemento 5.4.1).
- 4.8. A natureza da entidade a descrever e os requisitos do sistema ou rede em que se insere o responsável pelo registo de autoridade arquivística determina quais os elementos opcionais da descrição a serem usados num determinado registo de autoridade e se esses elementos devem ser apresentados numa forma narrativa ou estruturada.
- 4.9. Muitos dos elementos de descrição que figuram num registo de autoridade elaborado segundo a ISAAR(CPF) são utilizados como pontos de acesso. Devem ser desenvolvidas a nível nacional, ou separadamente para cada idioma, regras ou convenções para a normalização dos pontos de acesso. Devem também ser desenvolvidos, a nível nacional ou separadamente para cada idioma, vocabulários e convenções a usar para a criação ou selecção da informação a constar nestes elementos. As seguintes normas ISO são úteis para o desenvolvimento e manutenção de vocabulários controlados: **ISO 5963** *Documentation - Methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms*⁸, **ISO 2788** *Documentation - Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri*⁹, **ISO 5964** *Documentation - Guidelines for the establishment and development of multilingual thesauri* and **ISO 999** *Information and Documentation - Guidelines for the content, organization and presentation of indexes*¹⁰. Ao citar em qualquer elemento de descrição, uma fonte publicada, sugere-se que se siga a última versão da **ISO 690** *Documentation - Bibliographic references - Content, form and structure*¹¹.
- 4.10. Os exemplos apresentados ao longo da norma são ilustrativos e não prescritivos. Clarificam o conteúdo das regras a que se reportam, não acrescentando nenhuma disposição. Os exemplos e a forma como se apresentam não devem ser tomados como instruções. Para clarificar o contexto, cada exemplo é seguido da indicação, em itálico, do nome do serviço de arquivo que o elaborou. Podem ser acrescentadas notas

⁸ N. do T.: NP 3715. 1989, Documentação. *Métodos para a análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação*. Lisboa: IPQ

⁹ N. do T.: NP 4036. 1992, Documentação. *Tesaurus monolingues. Directivas para a sua construção e desenvolvimento*. Lisboa: IPQ.

¹⁰ N. do T.: NP 739. 1969, *Índices de publicações*. Lisboa: IPQ.

¹¹ N. do T.: NP 405-1. 1994, Informação e documentação. *Referências bibliográficas: Documentos impressos*. Lisboa: IPQ. NP 405-2. 1998, Informação e documentação. *Referências bibliográficas. Parte 2: Documentos materiais não livro*. Lisboa: IPQ.

¹⁶ Nalguns casos, sobretudo em países com mais do que uma língua oficial, o serviço de arquivo responsável pelo registo de autoridade pode estabelecer uma ou mais formas autorizadas do nome, todas com o mesmo estatuto. Esta situação ocorre com maior frequência em relação a pessoas colectivas, que podem ter nomes oficiais em mais do que uma língua ou escrita.

explicativas, também em itálico, precedidas pela palavra **Notas**:. Não se deve confundir a indicação da fonte do exemplo e as notas com o próprio exemplo.

- 4.11. Pretende-se que esta norma seja usada em conjugação com a ISAD(G) – *General International Standard Archival Description, 2nd edition*, e com normas nacionais de descrição em arquivo. Quando estas normas são conjugadas num sistema de controlo arquivístico ou numa rede, os registos de autoridade são ligados às descrições arquivísticas, e vice-versa. O Capítulo 6 fornece orientações sobre a forma como essas ligações podem ser estabelecidas. As descrições arquivísticas em conformidade com a ISAD(G) devem ser ligadas aos registos de autoridade arquivística através dos elementos Nome do(s) produtor(es) (3.2.1.) e História administrativa/biográfica (3.2.2.).
- 4.12. Pretende-se que esta norma seja usada em conjugação com normas ou convenções nacionais. Os arquivistas podem, por exemplo, guiar-se por normas nacionais para decidir que elementos podem ser repetidos. Em muitos países os sistemas de descrição arquivística exigem uma única Forma autorizada do nome para uma determinada entidade, enquanto noutros pode elaborar-se mais do que uma Forma autorizada do nome.
- 4.13. A presente norma reporta-se apenas a parte das condições necessárias à troca de informação relativa a autoridades arquivísticas. O sucesso da troca automatizada de informação sobre autoridades arquivísticas através de redes informáticas, depende da adopção de um bom formato de comunicação por parte dos serviços de arquivo envolvidas na troca. O *Encoded Archival Context (EAC)* constitui um desses formatos de comunicação que permite a troca, através da WEB, de informação sobre autoridades arquivísticas elaboradas segundo a ISAAR(CPF). O EAC foi desenvolvido no formato *Document Type Definitions (DTDs)* em *XML (Extensible Markup Language)* e *SGML (Standard Generalized Markup Language)*.

5. ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

5.1 ZONA DA IDENTIFICAÇÃO

5.1.1 Tipo de entidade

Objectivo:

Indicar se a entidade descrita é uma pessoa colectiva, uma pessoa singular ou uma família.

Regra:

Especificar o tipo de entidade (pessoa colectiva, pessoa singular ou família) descrita no registo de autoridade.

Exemplos:

Institución.

Espanha, *Archivo General de Simancas*

Nota: Para registo de autoridade: *Consejo de Guerra*

Ente

Itália, *Archivo di Stato di Firenze*

Nota: Para o registo de autoridade: *Granducato di Toscana, principato mediceo, Auditore dei benefici ecclesiastici, Firenze (1545-1722)/Granducato di Toscana, principato mediceo, Segretaria del Regio diritto. Firenze (1722-1737)*

Famille

França, *Centre Historique des Archives nationales*

Nota: Para o registo de autoridade: *Orléans, maison d'*

Entidade coletiva

Brasil, *Arquivo Nacional*

Nota: Para o registo de autoridade: *Arquivo Nacional (Brasil)*

5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome

Objectivo:

Criar um ponto de acesso autorizado que identifique de forma unívoca a pessoa colectiva, a pessoa singular ou a família.

Regra:

Registar a forma normalizada do nome da entidade descrita, de acordo com quaisquer convenções ou regras nacionais e internacionais relevantes aplicadas pelo serviço de arquivo criador do registo de autoridade. Utilizar datas, lugares, jurisdições, ocupações, epítetos e outros qualificativos apropriados para distinguir a forma autorizada do nome das de outras entidades com nomes semelhantes. Especificar, separadamente, no elemento Regras e convenções (5.4.3.), as regras utilizadas.

Exemplos:

Granducato di Toscana, principato mediceo, Auditore dei benefici ecclesiastici, Firenze (1545-1722)

Granducato di Toscana, principato mediceo, Segretaria del Regio diritto, Firenze (1722-1737)

Itália, *Archivo di Stato di Firenze*

Nota: *Multiplas formas autorizadaas do nome para a mesma pessoa colectiva.*

Consejo de Guerra.
Espanha, Archivo General de Simancas
Nota: Para o registo de autoridade: Consejo de Guerra

Noel family, Earls of Gainsborough
Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

York University Senior Common Rooms Inc.
Canadá, York University Archives

Dampierre, Auguste-Henri-Marie Picot de (1756-1793; général)
França, Archives départementales de l'Aube

5.1.3 Formas paralelas do nome

Objectivo:

Indicar as diferentes formas nas quais a forma autorizada do nome ocorre noutras línguas ou escritas¹⁶.

Regra:

Registar a(s) forma(s) paralela(s) do nome de acordo com convenções ou regras nacionais ou internacionais relevantes aplicadas pelo serviço de arquivo criador do registo de autoridade, incluindo todos os sub-elementos e/ou qualificativos necessários exigidos por tais convenções ou regras. Especificar, no elemento de informação Regras e/ou convenções (5.4.3.), as normas utilizadas.

Exemplos:

Maestre Racional de la Casa y Corte del Rey de Aragón
 Y

Mestre Racional de la Casa i Cort del Rei d'Aragó.
Espanha, Archivo de la Corona de Aragón

Nota: Para o registo de autoridade: Maestre Racional de la Casa y Corte del Rey de Aragón

Awdurdod Cwricwlwm ac Asecu Cymru, 1944-1997
 AND
 Currículo and Assessment Authority of Wales, 1994-1997
Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

International Institute of human rights
 Instituto internacional de derechos humanos
França, Centre historique des Archives nationales
Nota: Para o registo de autoridade: Institut international des droits de l'homme

5.1.4 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras

Objectivo:

Registar as formas normalizadas do nome para as pessoas colectivas, as pessoas singulares ou as famílias, construídas segundo outras normas que não as utilizadas pelo serviço de arquivo que criou o registo de autoridade. Isto permite facilitar a partilha de registos de autoridade entre diferentes comunidades profissionais.

Regra:

Registar a forma normalizada do nome da entidade descrita de acordo com outras convenções ou regras não aplicadas pelo serviço de arquivo responsável pela criação do registo de autoridade. Especificar aqui as regras e, se apropriado, o nome do serviço de arquivo responsável pela criação da forma normalizada do nome.

Exemplos:

Toscana (Granducato di Toscana), Segreteria del regio diritto
(RICA = Regole italiane di catalogazione per autore)

Itália, Archivio di Stato di Firenze

Nota: Forma normalizada do nome Granducato di Toscana, principato mediceo, Auditore dei benefici ecclesiastici, Firenze (1545-1722)/ Granducato di Toscana, principato mediceo, Segreteria del regio diritto, Firenze (1722-1737), de acordo com as regras italianas de catalogação bibliográficas

Mistry, Rohinton, 1952- [AACR2]

Canadá, York University Archives

5.1.5. Outras formas do nome

Objectivo:

Registrar qualquer outro nome(s) da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família, não utilizado(s) nos outros elementos de informação da Zona da Identificação¹⁷.

Regra:

Registrar outros nomes pelos quais a entidade possa ser conhecida, tais como:

- Outras formas do mesmo nome, por exemplo, acrónimos;
- Outros nomes das pessoas colectivas, por exemplo mudanças de nome ao longo do tempo, e datas dessas mudanças;¹⁸
- Outros nomes das pessoas singulares ou das famílias, por exemplo mudanças de nome através do tempo, incluindo pseudónimos, nomes de solteiro, etc., e respectivas datas;
- Nomes, e títulos que antecedem ou seguem os nomes pessoas singulares e das famílias, ou seja, títulos nobiliárquicos ou honoríficos da pessoa singular ou da família.

Exemplos:

Regio diritto

Segreteria della reale giurisdizione

Itália, Archivio di Stato di Firenze

Nota: Outras formas do nome para o registo de autoridade: Granducato di Toscana (1814-1859), principato mediceo, Auditore dei benefici ecclesiastici, Firenze (1545-1722)/ Granducato di Toscana, principato mediceo, Segreteria del Regio diritto, Firenze (1722-1737)

<i>Outra forma do nome</i>	<i>Remissiva</i>	<i>Forma autorizada do nome</i>
Consejo de Guerra y Marina Consejo de la Guerra Supremo Consejo de Guerra Real y Supremo Consejo de Guerra	Ver	Consejo de Guerra

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registo de autoridade: Consejo de Guerra

Noel family, Barons Noel

Noel family, Barons Barham

Noel family, Viscounts Campden

Noel family, baronets, of Barham Court

¹⁷ Nos sistemas manuais deve existir referência cruzada entre Outras formas do nome e Formas autorizadas do nome, através da utilização da referência Ver.

¹⁸ Quando, segundo as regras e/ou convenções nacionais, uma mudança de nome corresponde à criação de uma nova entidade, registar a relação entre ambas como uma relação temporal, na Zona das Relações (5.3.).

Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

Bordeaux, duc de

França, Centre historique des Archives nationales

Nota: Para o registo de autoridade: *Chambord, Henri, comte de*

Arquivo Público do Império (1833-1890)

Archivo Público do Império

Arquivo Público Nacional (1890-1911)

Archivo Público Nacional

Arquivo Nacional (1911-)

Archivo Nacional

Brasil, Arquivo Nacional

Nota: Para o registo de autoridade: *Arquivo Nacional (Brasil)*

5.1. 6. Identificadores para pessoas colectivas

Objectivo:

Facultar qualquer identificador numérico ou alfa-numérico usado para identificar a pessoa colectiva.

Regra:

Registar, se possível, qualquer número oficial ou outro identificador para a pessoa colectiva (por exemplo o número de registo de uma empresa) e registar a jurisdição e circunstâncias em que esse número foi atribuído.

Exemplos:

Registered company 60096 (Companies House, England)

Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

Nota: Para a pessoa colectiva *Cerain Iron Ore Company Ltd*

04.374.067/0001-47 (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ)

00320 (nº da unidade protocolizadora no Governo Federal)

Brasil, Arquivo Nacional

Nota: Para o registo de autoridade: *Arquivo Nacional (Brasil)*

5.2. ZONA DA DESCRIÇÃO

O objectivo desta zona consiste em descrever a história, as funções, o contexto e as actividades da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família.

As datas de existência (5.2.1.) devem ser registadas como um elemento separado.

A informação correspondente aos elementos 5.2.2.-5.2.8, pode registar-se em elementos estruturados e independentes e/ou em texto narrativo no elemento 5.2.2.

5.2.1. Datas de existência

Objectivo:

Registar as datas de existência da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família.

Regra:

Registar as datas de existência da entidade descrita. Para as pessoas colectivas, incluir as datas de estabelecimento/fundação/legislação sobre competências e de dissolução. Para as pessoas singulares incluir as datas, aproximadas ou precisas, de nascimento, morte ou, quando estas são desconhecidas, indicar as datas de actividade. Quando são utilizados sistemas paralelos de datação, podem ser registadas as equivalências, segundo convenções ou regras apropriadas.

Especificar, no elemento Regras e/ou convenções (5.4.3.) o(s) sistema(s) de datação usado(s) (por exemplo ISO 8601).

Exemplos:

1516 (probable)/1834-03-24

Espanha, *Archivo General de Simancas*

Nota: Para o registo de autoridade: *Consejo de Guerra*

12th – 20th century

Reino Unido, *The National Archives: Historical Manuscripts Commission*

1573-XX^e siècle

França, *Centre historique des Archives nationales*

Nota: Para o registo de autoridade: *Bérulle, famille*

5.2.2. História

Objectivo:

Fornecer uma história concisa da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família.

Regra:

Registar, de forma narrativa ou através de uma cronologia, os principais eventos, actividades, realizações e/ou funções da entidade descrita. Pode incluir-se informação sobre o género, a nacionalidade, a família e as convicções religiosas ou políticas. Sempre que possível, fornecer as datas como parte integrante da descrição narrativa.

Exemplos:

El Consejo de Órdenes fue establecido a raíz de la incorporación a la Corona de los maestrazgos de las ordenes militares castellanas (Santiago, Calatrava y Alcántara) (1487-1495). Su fecha de creación no está determinada con exactitud, aunque algunos autores la sitúan sobre 1498.

El Consejo de Órdenes, que en 1707 había asumido también la administración de Montesa, aunque no fue formalmente incluido en las reformas de la Administración del Antiguo Régimen de 1834 (RR. DD. De 24 de marzo de 1834, Decreto V), se transformó em 1836 en un nuevo organismo constitucional, el “Tribunal Especial de las Órdenes”.

Espanha, *Archivo Histórico Nacional*

Nota: Para o registo de autoridade: *Consejo de Órdenes*

The York University Senior Common Room was established at Glendon Hall in 1963. This Senior Common Room became the Glendon College Common Room in 1966 when the Founders College Senior Common Room opened on the Keele Street campus in that year. This latter establishment was renamed the York University College Faculty Common Room in 1968 and, as new colleges were opened on the campus an umbrella body, the York University Senior Common Room Inc., was established to serve as a license holder and victuals contractor for the several SCR's. Membership in the Senior Common Room was restricted to academic and senior administrative staff, although honorary or special members could be adopted by the membership. The Senior Common Room Inc. was managed by a five-person Board of Directors who were all regular members of the SCR. The Senior Common Room Inc. was disbanded in 1976.

Canadá, *York University Archives*

Originaire de Champagne, la famille Bérulle fut anoblie par charge em 1573, en la personne de Claude de Bérulle, conseiller au Parlement, marié à Louise Seguier. De cette union maquirent deux fils: Pierre et Jean de Bérulle. Pierre (1575-1629) fut l'auteur de l'établissement des Carmélites, le fondateur et le premier général des prêtes de l'Oratoire en France. Il fut promu cardinal, en 1627. Son frère, Jean eut un fils unique, Charles de Bérulle. L'arrière-petit-fils de Charles, Amable-Pierre-Thomas, marquis de Bérulle, fut premier président au parlement de Grenoble après 1760. Il épousa en 1748 Catherine-Marie-Rolland, fille de Pierre-Barthélémy Rolland, comte de

Chambaudoin, conseiller de Grand-Chambre. Le nom des Bérulles s'éteignit au XXe siècle. La famille Bérulle était alliée aux familles du Châtelet et Habart.

França, Centre historique des Archives nationales

Nota: *História para o registo de autoridade: Bérulle, família*

1918 Geheimer Regierungsrat im Reichjustizministerium, 1921-1927 Ministerialdirektor im Reichministerium des Innern, 1928-1933 Vizepräsident der Reich schuldenverwaltung, Mitglied des Verfassungsausschusses der Länder konferenzen, 1932 Vertreter Preußens vor dem Staatsgerichtshof, 1933-1953 Professor für Staatswissenschaften na der New School for Social Research New York.

Alemanha, Bundesarchiv

5.2.3. Lugares

Objectivo:

Indicar os lugares e/ou jurisdições predominantes onde a pessoa colectiva, a pessoa singular ou a família teve a sua sede, viveu, residiu ou teve outros contactos.

Regra:

Registar o nome do(s) lugar(es) e/ou jurisdição(ões) predominantes, bem como a natureza e o período da relação com a entidade.

Exemplos:

Valladolid (sede habitual hasta 1561 y en 1601/1605).

Madrid (sede en 1561/1601 y 1606/1839).

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: *Para o registo de autoridade: Consejo de Guerra*

Estates in 1883: Rutland 15,076 acres, Gloucestershire 3,170 acres, Leicestershire 159 acres, Lincolnshire 89 aces, Warwickshire 68 acres, Northamptonshire 6 acres; total 18,568 acres worth £28,991 a year.

Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

Birth: Krefeld, Germany (14 May 1899) Death: Edinburgh (17 March 1994)

Reino Unido, Royal Society

Les Larcher, seigneurs d'Olizy en Champagne, étaient originaires de Paris. Leurs seigneurs d'Arcy et d'Avrilly étaient situées dans les actuels départements de Saône-et-Loire et de l'Allier.

France, Centre historique des Archives nationales

Nota: *Para o registo de autoridade: Larcher, família*

Sediado no Rio de Janeiro e dispendo de uma coordenação regional no Distrito Federal, em Brasília, atua em todo o território nacional.

Brasil, Arquivo Nacional

Nota: *Para o registo de autoridade: Arquivo Nacional (Brasil)*

5.2.4 Estatuto legal

Objectivo:

Indicar o estatuto legal da pessoa colectiva.

Regra:

Registar o estatuto legal e, se apropriado, o tipo de pessoa colectiva e as datas de vigência desse estatuto.

Exemplos:

Organismo de la Administración Central del Estado 1516 (probable)/1834

Espanha, Archivo General de Simancas
Nota: Para o registo de autoridade: Consejo de Guerra

Department of State
Austrália, National Archives of Australia

Órgão público do Executivo Federal, da administração directa
Brasil, Arquivo Nacional
Nota: Para o registo de autoridade: Arquivo Nacional (Brasil)

Ufficio governativo di antico regime
Itália, Archivio di Stato di Firenze

5.2.5 Funções, ocupações e actividades

Objectivo:

Indicar as funções, ocupações e actividades desenvolvidas pela pessoa colectiva, pela pessoa singular ou pela família.

Regra:

Registar as funções, ocupações e actividades desenvolvidas pela entidade descrita, em conjunto com as respectivas datas, se aplicável. Se necessário, descrever a natureza da função, ocupação ou actividade.

Exemplos:

La Segreteria del regio diritto fu competente nelle seguenti materie:
 negli affari che in materie beneficiali ed ecclesiastiche interessavano i diritti della corona;
 la difesa dei diritti, anche di privati, che fossero lesi dalla giurisdizione ecclesiastica;
 la concessione dell'Exequatur ai brevi pontifici e agli atti di paesi esteri, ma solo nel caso in cui non ledevano i diritti pubblici toscani;
 la concessione del permesso di entrare in possesso di benefici a chi ne avesse decreto di legittima investitura;
 la spedizione dei benefici di nomina regia, previo consulto e consenso del principe, e la spedizione dei benefici di patronato popolare e comunitativo e di patronato dei luoghi pii dipendenti dallo Stato;
 la supervisione e cognizione economica dei ricorsi contro gli ecclesiastici, secolari e regolari;
 la soprintendenza alla amministrazione dei conventi, dei monasteri, conservatori e luoghi pii, non dipendenti dalle amministrazioni comunitative del Granducato;
 la vigilanza per la conservazione degli edifici sacri;
 la presa visione e cognizione di tutti gli affari relativi alle leggi di ammortizzazione e di tutte le suppliche riguardanti i patrimoni ecclesiastici del Granducato.

Itália, Archivio di Stato di Firenze

La finalidad del Consejo de Guerra fue la resolución de todos los asuntos relacionados con el ámbito militar. Simultáneamente tuvo competencias judiciales y gubernativas.

Por las primeras entendía en todas las causas civiles y criminales en las que intervenía personal militar.

Por las segundas resolvía cuestiones de levas y reclutamientos, nombramientos de jefes militares, aprovisionamiento, construcción de navíos, preparación de armadas, fabricación de armamento, sistemas defensivos, hospitales, ejércitos permanentes de la Península (guardas y milicias...).

En el s.XVIII con la creación de la Secretaría del Despacho Universal de la Guerra las atribuciones del Consejo quedaron reducidas a cuestiones contenciosas y judiciales, asuntos de protocolo e interpretación de ordenanzas y reglamentos militares.

El ámbito territorial de actuación se limitó a la Península, Islas Baleares y Canarias así como norte de África.

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registo de autoridade: Consejo de Guerra

Estate ownership; social, political and cultural role typical of the landed aristocracy in England. The first Viscount Campden amassed a large fortune in trade in London and purchased extensive

estates, including Exton (Rutland) and Chipping Campden (Gloucestershire). The Barham Court (Kent) estate was the acquisition of the first Baron Barham, a successful admiral and naval administrator (First Lord of the Admiralty 1805).

Reino Unido, Historical Manuscripts Commission

Defence Co-ordination; Internees (NAA Functions Tesauros);

The Department of Defence Co-ordination was responsible for the co-ordination of defence activities, and in particular, for the following:

- (i) Defence policy: All matters of Defence policy in their relation to the Departments of Navy, the Army, Air and Supply and Development
- (ii) Administrative co-ordination and review:
 - (a) Co-ordination of the activities and requirements of the Navy, Army and Air Departments in the administrative sphere.
 - (b) Higher co-ordination between the Departments of the Navy, Army, Air and Supply and Development in its relation to the requirements of the several services.
 - (c) Co-ordination of all joint-service matters.
 - (d) Co-ordination of Civil Staff matters (other than Public Service).
- (iii) Financial Co-ordination and review:
 - (a) Co-ordination of the financial requirements of defence policy affecting Departments of Army, Navy, Air, Supply and Development, and defence Co-ordination.
 - (b) Review of major financial proposals and expenditure of the Departments referred to in (a).
 - (c) General control of funds allotted for the carrying out of Defence Policy, together with the supervision of audit authorisations and expenditure
 - (d) Co-ordination of the financial regulations of the Departments of the Navy, the Army and Air.
- (iv) Works Co-ordination and review:
 - (a) Co-ordination of the works requirements of the Service Departments and the Department of Supply and Development.
 - (b) Maintenance of uniform standards and specifications.
 - (c) Inspection and review.
 - (d) General schemes of office accommodation for the Department of Defence Co-ordination, Navy, Army and Air, including the Victoria Barracks area.
- (v) Commonwealth War Book:
 - (a) Maintenance of the Commonwealth War Book
 - (b) General Administration of the National Security Act and Regulations and co-ordination of departmental action thereunder.
- (vi) Civilian defence and State Co-operation: Advice on plans for civil defence and co-ordination of activities of States in relation thereto.

Austrália, National Archives of Australia

Gestão e recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, preservação e acesso aos documentos sob sua guarda e acompanhamento e implementação da política nacional de arquivos, na forma do disposto no art. 2º do decreto nº 3.843, de 13/6/2001

Brasil, Arquivo Nacional

Nota: Para o registo de autoridade: *Arquivo Nacional (Brasil)*

Les Larcher, seigneurs d'Olizy en Champagne, étaient originaires e Paris. Plusieurs membres de cette famille furent, du XVI^e au XVIII^e siècle, intendants, conseillers au Parlement, présidents en la Chambre des comptes.

França, Centre historique des Archives nationales

Nota: Para o registo de autoridade: *Larcher, famille*

Lawyer; Civil Servant; Professor for Public Policy

Alemanha, Bundesarchiv

5.2.6 Mandatos/Fontes de autoridade

Objectivo:

Indicar as fontes de autoridade para a pessoa colectiva, para a pessoa singular ou para a família, no que respeita aos seus poderes, funções, responsabilidades ou esfera de actividades, inclusive territorial.

Regra:

Registrar qualquer documento, lei, directiva ou estatuto que funcione como fonte de autoridade para os poderes, funções ou responsabilidades da entidade a descrever, em conjunto com informação sobre a jurisdição(ões) e as datas relativas ao exercício ou modificação do(s) mandato(s).

Exemplos:

- Instrucciones de 1586-06-13 por las que se crean y definen las secretarías de Tierra y Mar.
- Real Cédula de 1646-04-14 sobre división de la Secretaría de Tierra en dos: Secretaría de Tierra- Cataluña y Secretaría de Tierra- Extremadura.
- Real Decreto de 1706-10-02 reduciendo a una las dos secretarías del Consejo.
- Real Decreto de Nueva Planta para el Consejo de Guerra de 1714-04-23.
- Real Decreto de Nueva Planta para el Consejo de Guerra de 1715-08-23.
- Real Decreto de Nueva Planta para el Consejo de Guerra de 1717-01-20.
- Real Cédula de Nueva Planta para el Supremo Consejo de la Guerra de 1773-11-04.
- Decreto de 1834-03-24 de supresión de Consejo de Guerra.

Espanha, Archivo Genenal de Simancas

Nota: Para o registo de autoridade: Consejo de Guerra

Creation: Executive Council Meeting No. 72 (Prime Minister's Department No.167) of 13 November 1939.

Abolition: Executive Council Meeting No.59A (Prime Minister's Department No.13) of 14 April 1942.

The Administrative Arrangements Orders of 29 November 1939

(Commonwealth of Australia Gazette, No. 153 of 30 November 1939) listed the Acts administered by the Department as:

- Defence Act 1903-1939 (except in relation to the organisation and control of the Naval Forces or the Military Forces)
- Defence Equipment Act 1924, 1928, 1934, 1936, 1937, 1938, 1939
- Defence (Visiting Forces) Act 1939
- Geneva Convention Act 1938
- National Registration Act 1939
- National Security Act 1939
- Telegraph Act 1909
- War Precautions Act Repeal Act 1930-1934, Section 22

Austrália, National Archives of Australia

Admitted to the Royal Asustralasian College of Medical Administrators, 1 May 1974

Austrália, Australian Science and Technology Heritage Centre

C'est par la loi du 28 pluviôse an VIII (17 février 1800) que Napoléon Bonaparte crée la fonction préfectorale à la tête du département, circonscription administrative instituée le 22 décembre 1789 par la Constituante. En 1800, le préfet devient dans le département «le seul chargé de l'administration» (art. 3).

L'ordonnance du 6 novembre 1817 réduit le Conseil de préfecture de la Somme à 3 membres. Le décret du 28 mars 1852 le réduit de 5 à 4 membres, confirmé para la loi du 21 juin 1865. La loi du 6 septembre 1926 réforme l'organisation des conseils de préfecture, qu'elle supprime (intégration au conseil de préfecture interdépartementale de Rouen). Ces derniers sont, par décret du 30 septembre 1953, rebaptisés «tribunaux administratifs».

Également institué para la loi du 28 pluviôse an VIII, le poste de secrétaire général a subi bien des vicissitudes: supprimé en 1817, rétabli en 1820, supprimé à nouveau par ordonnance du 1^{er} mai 1832, rétabli par décret du 28 décembre 1854 et définitivement rétabli em 1865.

França, Archives départementales de la Somme

Nota: Para o registo de autoridade: Somme, préfecture

5.2.7 Estruturas internas/Genealogia

Objectivo:

Descrever e/ou representar a(s) estrutura(s) administrativa(s) interna(s) de uma pessoa colectiva ou a genealogia de uma família.

Regra:

Descrever a estrutura interna de uma pessoa colectiva, bem como as datas de qualquer mudança dessa estrutura, significativas para a compreensão da forma como a pessoa colectiva conduziu os seus assuntos (por exemplo, através de organigramas).

Descrever a genealogia da família (através de uma árvore genealógica, por exemplo) de forma a evidenciar as relações entre os seus membros e as datas respectivas.¹⁹

Exemplos:

Hasta 1586 la organización interna del Consejo de Guerra fue mínima. Con el Rey como presidente, el Consejo estaba constituido por varios consejeros y un secretario, que lo era a su vez de otros consejos, ayudado por oficiales, escribientes y restante personal subalterno.

A partir de 1554 un auditor se encargaba de las materias judiciales y se amplía el número de consejeros, oscilando entre cinco y diez.

En 1586 la Secretaría del Consejo de Guerra se desdobra en Secretaría de Tierra y Secretaría de Mar. El mayor control de dos áreas conflictivas determinó la división en 1646 de la Secretaría de Tierra en dos: Secretaría de Tierra-Cataluña y Secretaría de Tierra-Extremadura.

Tras el advenimiento de la dinastía borbónica a principios del s.XVIII sufrió sucesivas reorganizaciones administrativas acorde con sus nuevas funciones. Las secretarías se unificaron en 1706.

En 1717 la planta del Consejo se redujo en cuanto a su número de consejeros, divididos en militares y togados, la presidencia recayó en el Secretario del Despacho de Guerra y la secretaría desaparece, tramitándose la actividad administrativa a través de la Escribanía de Cámara. La nueva planta del año 1773 reserva, como tradicionalmente ocurrió, la presidencia a la persona del Rey, amplía a veinte el número de consejeros, diez natos y diez asistentes, divididos en sala de gobierno y justicia, y de nuevo restituye la figura del secretario. La plantilla se completa con dos fiscales, tres relatores, un escribano de cámara, abogado, agente fiscal, procurador, oficiales, escribientes, alguaciles y porteros. Esta estructura permaneció prácticamente estable hasta su supresión en 1834.

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registo de autoridade: Consejo de Guerra

Sir Edward Noel (d 1643) married Julian, daughter and co-heir of Baptists Hicks (d 1629), Viscount Campden, and succeeded to the viscounty of Campden and a portion of his father-in-law's estates. The third Viscount Campden (1612-82) married Hester Wotton, daughter of the second Baron Wotton. The fourth Viscount Campden (1641-89, created Earl of Gainsborough 1682) married Elizabeth Wriothesley, elder daughter of the fourth Earl of Southampton. Jane Noel (d 1811), sister of the fifth and sixth Earls of Gainsborough, married Gerard Anne Edwards of Welham Grove (Leicestershire) and had issue Gerard Noel Edwards (1759-1838). He married in 1780 Diana Middleton (1762-1823) *suo jure* Baroness Barham, daughter of Charles Middleton (1726-1813), created first Baronet of Barham Court (Kent) in 1781 and first Baron Barham in 1805. GN Edwards assumed the surname Noel in 1798 on inheriting the sixth Earl of Gainsborough's Rutland and Gloucestershire estates (though not the Earl's honours, which were extinguished); and he later inherited his father-in-law's baronetcy. His eldest son John Noel (1781-1866) succeeded to the estates of his mother and his father, to his mother's barony and his father's baronetcy, and was created Viscount Campden and Earl of Gainsborough in 1841.

Reino Unido, The Nacional Archives: Historical Manuscripts Commission

¹⁹ Quando se descrevem pessoas singulares, a informação sobre a sua genealogia pode ser registada no elemento História (5.2.2) e/ou na Zona das Relações (5.3).

Originaire de Chinon, en Touraine, enrichie dans la finance, la famille le Riche fut anoblie au début du XVIIIe siècle. Fils de Pierre Le Riche, seigneur de la Blotière de la Maison du Roi et valet de chambre de la Reine, Alexandre le Riche (1663-1735), seigneur de Courgains, en Anjou, et de Brétignolles, en Touraine, fut successivement secrétaire du roi, receveur général des finances à Montauban puis à Amiens, directeur général des fermes au Mans et fermier général.

De son premier mariage avec Anne Lebreton, Alexandre le Riche avait eu un fils, Alexandre-Jean-Joseph de la Poupelinière (1692-1762), fermier général (1716-1718) et 1721-1762), homme de lettres, auteur d'un *Journal de voyage en Hollande* (1731) et des *Tableaux et mœurs du temps*, mécène et musicien.

D'un deuxième mariage avec Madeleine-Thérèse Chevalier de la Chicaudière, Alexandre le Riche eut cinq enfants, dont Alexandre-Edme le Riche de Cheveigné (1697-1768), conseiller au parlement, qui épousa en 1719 Claire-Elisabeth le Pelletier de la Houssaye, et Alexandre-Pierre le Riche, seigneur de Vandy, directeur général des fermes au Mans en 1771.

Le fils cadet d'Alexandre-Edme, Félix-Alexandre-Claude Le Riche du Perché de Cheveigné (né en 1720), conseiller au parlement de 1766 à 1771, eut de son mariage (1775) avec Louise Adélaïde Toustain en fils, Alexandre-Etienne-Bonaventure, auditeur au Conseil d'Etat, qui épousa une petite-fille de Mathieu-Augustin, comte de Cornet, pir de France (1750-1832). Alexandre-Etienne-Bonaventure eut un fils, Auguste-Alexandre, et un petit-fils, Alexandre-Fernand-Augustin.

France, Centre historique des Archives nationales

Nota: Genealogia para o registo de autoridade : Le Riche, famille

5.2.8 Contexto geral

Objectivo:

Fornecer informação significativa sobre o contexto geral social, cultural, económico, político e/ou histórico no qual a pessoa colectiva, a pessoa singular ou a família operou, viveu ou desenvolveu a sua actividade.

Regra:

Fornecer qualquer informação significativa sobre o contexto social, cultural, económico, político e/ou histórico no qual a entidade descrita desenvolveu a sua actividade.

Exemplos:

Granducato di Toscana, principato mediceo (1814-1859)

Itália, Archivio di Stato di Firenze

Desde los inicios del siglo XX el turismo comenzó a ser considerado por la administración española como una fuente de riqueza que merecía ser apoyada. Jurídicamente se opta por la creación de órganos *ad hoc* para su gestión y con autonomía financiera para el cumplimiento de sus fines, órganos en los que pudieran participar determinadas asociaciones o corporaciones representativas de intereses privados.

Espanha, Archivo General de la Administración

Nota: Para o registo de autoridade: España. Patronato Nacional de Turismo

A instituição foi criada no contexto da formação do Estado Nacional, sendo já prevista na 1ª Constituição (1824), dois anos após a proclamação da independência. Durante o período imperial, na medida em que o país era uma monarquia centralizada, reuniu também documentos de origem provincial. Com a República, dado seu carácter federativo, passou a atuar primordialmente no âmbito do Executivo Federal. O Arquivo Nacional custodia acervo oriundo dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, documentação cartorária e privada, esta de pessoas, famílias e instituições.

Brasil, Arquivo Nacional

Nota: Para o registo de autoridade: Arquivo Nacional (Brasil)

En el Antiguo Régimen no existía un sistema reglado, sometido a una ley de procedimientos, lo que dificulta la fijación exacta del periodo de vigencia del cuerpo normativo.

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registo de autoridade: Consejo de Guerra

Le cubisme est un courant artistique, né d'une étroite collaboration entre Picasso et Braque, inspiré par Cézanne. Il voit le jour en 1907, avec *Les Femmes d'Alger*, œuvre considérée par les historiens de l'art comme le point de départ de tout l'art moderne, mais il ne prend son nom qu'en 1908, appelé ainsi par le journaliste Louis Vauxcelles lors du compte rendu d'une exposition d'œuvres de Braque.

França, Centre historique des Archives nationales

Nota: Para o registo de autoridade: Pablo Picasso

5.3. ZONA DAS RELAÇÕES

O objectivo desta zona consiste em descrever as relações com outras pessoas colectivas, pessoas singulares ou famílias, que tenham sido descritas noutros registos de autoridade.

5.3.1. Nome/Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas

Objectivo:

Indicar os nomes e quaisquer identificadores unívocos da entidade relacionada e estabelecer uma ligação com o registo de autoridade para a pessoa colectiva, para a pessoa singular ou família.

Regra:

Registar a forma autorizada do nome e quaisquer identificadores unívocos relevantes incluindo o identificador do registo de autoridade da entidade relacionada.

5.3.2. Tipo de relação

Objectivo:

Identificar o tipo geral de relação entre a entidade descrita e outra pessoa colectiva, pessoa singular ou família.

Regra:

Registar um tipo geral no qual se insira a relação descrita. Usar categorias gerais prescritas pelas regras nacionais e/ou convenções, ou uma das seguintes quatro categorias. Registar no elemento Regras e/ou convenções (5.4.3.) qualquer esquema de classificação usado como fonte dos termos do vocabulário controlado para descrever a relação.

- **Hierárquica** (por exemplo superior / subordinado; controlador / controlado; proprietário / propriedade).

Numa relação hierárquica uma entidade pode exercer alguma autoridade e controlo sobre as actividades de um certo número de outras pessoas colectivas, pessoas singulares ou famílias. Uma entidade pode também estar subordinada a várias outras pessoas colectivas, pessoas singulares ou famílias, tal como, por exemplo, um comité associado ou uma organização cuja tutela mudou ao longo do tempo.

- **Cronológica** (por exemplo predecessor / sucessor)

Numa relação temporal uma entidade pode suceder a várias outras pessoas colectivas, pessoas singulares ou famílias no exercício de algumas funções e actividades. Por outro lado pode ser sucedida por várias pessoas colectivas, pessoas singulares ou famílias.

- **Familiar**

Numa família uma pessoa pode ter um largo círculo de relações com outros

membros da família e com a família enquanto entidade. Quando a estrutura genealógica da família é complexa, pode ser apropriada a criação de registos de autoridade separados para cada membro e a sua ligação ao(s) pai(s), esposa(s) ou filho(s). Em alternativa esta informação pode ser registada no elemento Estruturas internas/Genealogia (5.2.7.)

- **Associativa**

Uma relação associativa é uma categoria geral para relações que se não incluem em nenhuma das acima referidas (por exemplo: Fornecedor / cliente, membro, parte / todo, sócio).

5.3.3. Descrição da relação

Objectivo:

Fornecer uma descrição específica da natureza da relação.

Regra:

Registar uma descrição precisa da natureza da relação entre a entidade descrita no registo de autoridade e a outra entidade relacionada, por exemplo: subordinante, subordinada, proprietário, predecessor, marido, mulher, filho, primo, professor de, aluno de, colega profissional. Registar no elemento Regras e/ou convenções (5.4.3.) qualquer esquema de classificação usado como fonte dos termos do vocabulário controlado para descrever a relação. Também pode ser dada, neste elemento, uma descrição narrativa da história e/ou natureza da relação.

5.3.4. Datas da relação

Objectivo:

Indicar as datas de duração da relação com outras pessoas colectivas, pessoas singulares ou famílias.

Regra:

Registar, se relevante, a data de início da relação ou da sucessão e, se pertinente, a data do termo da relação. Especificar, no elemento Regras e/ou convenções (5.4.3.) qualquer sistema de datação usado (por exemplo ISO 8601).

Exemplos:

5.3.1 Nome / identificador da entidade relacionada	<i>Forma autorizada do nome</i>	Granducato di Toscana, Restaurazione lorenese, Ministero degli affari ecclesiastici, Firenze (1848 - 1861)
	<i>Identificador</i>	
5.3.2 Tipo de relação		Cronologica
5.3.3 Descrição da relação		Successore
5.3.4 Datas da relação		1848

5.3.1 Nome / identificador da entidade relacionada	<i>Forma autorizada do nome</i>	Granducato di Toscana, Restaurazione lorenese, Ufficio dello Stato civile toscano, Firenze (1817-1865)
	<i>Identificador</i>	
5.3.2 Tipo de relação		Gerarchica
5.3.3 Descrição da relação		Ufficio dipendente
5.3.4 Datas da relação		18 giugno 1817 – 4 giugno 1848
	<i>ISO 8601</i>	1817/06/18-1848/06/04

Itália, Archivio di Stato di Firenze

Forma autorizada do	Remissiva (ver tb.)	Nome / identificador da	Datas da relação
---------------------	---------------------	-------------------------	------------------

nome	Tipo de relação	Descrição da relação	entidade relacionada	
Consejo de Guerra	Temporal	Predecesor	Consejo Real de Castilla ES-47161AGS RA00002	1516 (probable)

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para a autoridade: Consejo de Guerra

5.3.1 Nome / identificador da entidade relacionada	<i>Nome</i>	University of New York at Albany M.E. Grenander Department of Special Collections and Archives - The German Intellectual Èmigré Collection - http://library.albany.edu/specoll/findaids/ger024.htm
	<i>Identificador</i>	GER 024
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação		Academic

Germany, Bundesarchiv

5.3.1 Nome / identificador da entidade relacionada	<i>Forma autorizada do nome</i>	Abbadie de Saint-Germain, famille d'
	<i>Identificador</i>	
5.3.2 Tipo da relação		Relation d'association
5.3.3 Descrição da relação		En 1812, Aymar, marquis de Dampierre, épouse Julie-Charlotte d'Abbadie de Saint-Germain, issue d'une des plus brillantes familles de la noblesse parlementaire en Béarn.
5.3.4. Datas da relação		1812-

5.3.1 Nome / identificador da entidade relacionada	<i>Forma autorizada do nome</i>	Barthélémy, famille
	<i>Identificador</i>	
5.3.2 Tipo da relação		Relation d'association
5.3.3 Descrição da relação		La famille de Dampierre s'allia aux Barthélemy par le mariage, en 1842, du marquis Elie de Dampierre et d'Henriette Barthélémy (1813-1894), petite-nièce de l'abbé Barthélémy et nièce de François, marquis Barthélémy.
5.3.4. Datas da relação		1842-

5.3.1 Nome / identificador da entidade relacionada	<i>Forma autorizada do nome</i>	Juchault de Lamoricière, famille
	<i>Identificador</i>	
5.3.2 Tipo da relação		Relation d'association
5.3.3 Descrição da relação		En 1873, Anicet Marie Aymar, comte de Dampierre, fils du marquis Elie, épouse Marie-Isabelle, la plus jeune fille du général de Lamoricière.
5.3.4. Datas da relação		1873-

França, Centre historique des Archives nationales

Nota: Para a entrada de autoridade: Dampierre, famille de

5.4. ZONA DO CONTROLO

5.4.1. Identificador do registo de autoridade

Objectivo:

Identificar, de forma unívoca, o registo de autoridade no contexto em que será usado.

Regra:

Registar um identificador unívoco do registo de autoridade de acordo com convenções locais e/ou nacionais. Se o registo de autoridade se destinar a uma utilização internacional, registar o código do país responsável pela sua criação, de acordo com a última versão da ISO 3166 *Codes for the representation of names of countries*.

Se o criador do registo de autoridade for uma organização internacional, fornecer o respectivo identificador, e não o código do país.

Exemplos:

ES-47161AGS RA 00001

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registo de autoridade: Consejo de Guerra

GB/NNAF/F10216

Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

AU NLA 93-535878

Austrália, National Library of Australia

AU NAA CA 37

Australia, National Archives of Australia

Exemplos de códigos de países:

AU Austrália

CA Canadá

ES Espanha

FR França

GB Reino Unido

MY Malásia

SE Suécia

US Estados Unidos

5.4.2. Identificador(es) da instituição

Objectivo:

Identificar o(s) serviço(s) responsável(eis) pela criação do registo de autoridade.

Regra:

Registar, de forma completa, a forma autorizada do(s) nome(s) do(s) serviço(s) responsável(eis) pela criação do registo de autoridade ou, em alternativa, registar o código do serviço, segundo o código nacional ou internacional. Incluir a referência a quaisquer sistemas de identificação usados para as instituições (por exemplo ISO 15511).

Exemplos:

Archivo General de Simancas.

ES47161AGS (ISO 15511)

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registo de autoridade: Consejo de Guerra

Archivo General de la Nación
MX9AGN (ISO 15511)
México, Archivo General de la Nación

Archivo di Stato di Firenze
ITA AS Fi
Itália, Archivo di Atato di Firenze

SE/RA
Suécia, Riksarkivet

US DNA
Estados Unidos, National Archives and Records Administration

DE/ Barch
Alemanha, Bundesarchiv

5.4.3. Regras e/ou convenções

Objectivo:

Identificar as convenções ou regras, nacionais e internacionais, aplicadas na criação do registo de autoridade arquivística.

Regra:

Registrar os nomes e, se necessário as edições ou datas de publicação das convenções ou regras aplicadas. Especificar, separadamente, que regras foram aplicadas para a construção da forma autorizada do nome. Incluir a referência a qualquer(isquer) sistema(s) de datação utilizado(s) para identificar as datas no registo de autoridade (por exemplo ISO 8601).

Exemplos:

- Norma de estrutura de datos básica: ISAAR (CPF)- *International Standard Archival Authority Record For Entidades coletivas, Pessoas and Famílias*, 2nd ed.. Camberra: International Council on Archives, 2004.
- Norma de contenido de datos: *Reglas de catalogación*. Ed. Nuevamente rev. Madrid: Ministerio de Educación y Cultura, Centro de publicaciones: Boletín Oficial del Estado, 1999.
- Norma de codificación de fechas: ISO 8601 - *Data elements and interchange formats – Information interchange- Representation of dates and times*, 2nd ed., Geneve: International Organization for Standardization, 2000.
- Norma de codificación del país: ISO 3166- *Codes for the representation of names of countries*, Geneve: International Organization for Standardization, 1997.
- Norma de codificación de institución: ISO 15511- *Information and doumentation - International Standard Identifier for Libraries and Related Organizations (ISIL)*, Geneve: International Organization for Standardization, 2000.
- Norma de codificación de lengua: ISO 639-2 - *Codes for the representation of names of languages - Part 2: Alpha-3 Code*, Geneve: International Organization for Standardization, 1998.
- Norma de codificación de escritura: ISO 15924 – *Codes for the representation of names of scripts*. Geneva: International Organization for Standardization, 2001.
- Norma de referencias bibliográficas: ISO 690 – *Documentation – Bibliographic references – Content, form and structure*. Geneva: International Organization for Standardization, 1987.

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: *Para o registo de autoridade: Consejo de Guerra*

National Council on Archives, *Rules for the Construction of Personal Place and Corporate Names*, 1997

Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

Erfassungsschema nach: Mommsen, Wolfgang A: Die Nachlässe in deutschen Archiven, Boppard 1983

Alemanha, Bundesarchiv

5.4.4. Estatuto

Objectivo:

Indicar o estado de elaboração do registo de autoridade, para que o utilizador possa perceber o seu estatuto corrente.

Regra:

Registar o estatuto corrente do registo de autoridade, indicando se é um projecto, se está concluído e/ou revisto, ou eliminado

Exemplos:

Finalizado

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para registo de autoridade: Consejo de Guerra

Revised

Austrália, National Library of Australia

Versão preliminary

Brasil, Arquivo Nacional

Nota: Para o registo de autoridade: Arquivo Nacional (Brasil)

Publié avec le visa de la direction des Archives de France

França, Archives départementales de la Gironde

5.4.5. Nível de detalhe

Objectivo:

Indicar se o nível de detalhe do registo de autoridade é mínimo, parcial ou máximo.

Regra:

Indicar se o registo corresponde a um nível mínimo, parcial ou máximo de detalhe, de acordo com instruções e/ou regras internacionais e/ou nacionais relevantes. Na ausência de instruções ou regras nacionais, os registos de nível de detalhe mínimo são os constituídos apenas pelos quatro elementos essenciais do registo de autoridade construído segundo a ISAAR(CPF) (ver 4.8.) enquanto os registos completos são os que fornecem informação para todos os elementos de descrição relevantes da ISAAR(CPF).

Exemplos:

Completo.

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registo de autoridade: Consejo de Guerra

Full

Austrália, National Library of Australia

Resumido

Brasil, Arquivo Nacional

Nota: Para o registo de autoridade: Arquivo Nacional (Brasil)

5.4.5. Datas de criação, revisão ou eliminação

Objectivo:

Indicar quando o registo de autoridade foi criado, revisto ou eliminado.

Regra:

Registrar a data em que o registo de autoridade foi criado e as datas de quaisquer revisões do registo. Especificar no elemento Regras e/ou convenções (5.4.3) o sistema de datação utilizado (por exemplo a ISO 8601).

Exemplos:

2002-10-25 (Fecha de creación)

2003-12-05 (Fecha de revisión)

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registo de autoridade: *Consejo de Guerra*

1993-05-12; revised 2002-10-28 [ISO 8601]

Australia, National Library of Australia

5.4.7. Línguas e escritas**Objectivo:**

Indicar a(s) língua(s) e/ou escrita(s) utilizadas para criar o registo de autoridade.

Regra:

Registrar a(s) língua(s) e/ou escrita(s) do registo de autoridade arquivística.

Opcionalmente registrar os códigos apropriados da ISO para as línguas (ISO 639 *Codes for the representation of names of languages*) e/ou escritas (ISO 15924 *Codes for the representation of names of scripts*).

Exemplos:

Español: spa.

Escritura latina: ltn.

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registo de autoridade: *Consejo de Guerra*

5.4.8. Fontes**Objectivo:**

Indicar as fontes consultadas para a criação do registo de autoridade.

Regra:

Registrar as fontes consultadas para a elaboração do registo de autoridade

Exemplos:

HMC, Principal Family and Estate Collections: Family Names L-W, 1999

Complete Peerage, 1936

Burkes Peerage, 1970

Complete Baronetage, vol 5, 1906

Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

ANDÚJAR CASTILLO, Francisco. Consejo y consejeros de Guerra en el siglo XVIII. Granada: Universidad de Granada, 1996.

DOMÍNGUEZ NAFRÍA, Juan Carlos. El Real y Supremo Consejo de Guerra (siglos XVI- XVIII). Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2001.

FERNÁNDEZ CONTI, Santiago. Los Consejos de Estado y Guerra de la monarquía hispana en tiempos de Felipe II (1548-1598). [Valladolid]: Consejería de Educación y Cultura, 1998.

FERNÁNDEZ CONTI, Santiago. El gobierno de los asuntos de la guerra en Castilla durante el Reinado del emperador Carlos V (1516-1558). In *Interx: Instituciones y elites de poder en la monarquía hispana durante el siglo XVI*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1992, p. 47-105.

GOODMAN, David. Spanish naval power, 1589-1665: reconstruction and defeat. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OYA OZORES, Francisco de. Promptuario del Consejo de Guerra, y Jurisdiccion Militar, en que se refieren el instituto, gobierno y facultades de este Supremo Tribunal, y los casos en que compete, ó se limita el fuero militar..., según Ordenanzas, y Reales resoluciones. [Madrid]: [s.n.], 1740.

THOMPSON, I.A.A. Guerra y decadencia: gobierno y administración en la España de los Austrias, 1560-1620. Barcelona: Crítica, 1981.

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registo de autoridade: *Consejo de Guerra*

ASFi, Miscellanea Medicea, 413: “Teatro di grazia e giustizia” di Noccolo Arrighi, cc. 194, 204, 239-242; *La Toscana nell’eta di Cosimo III. Atti del convegno, Pisa – San Domenico di Fiesole (Fi), 4-5 giugno 1990.* a cura di Franco Angiolini, Vieri Becagli, Marcello Verga, Firenze, EDIFIR, 1993, 497-520.

Itália, Archivo di Stato di Firenze

5.4.9. Notas de manutenção

Objectivo:

Descrever como foi criado e mantido o registo de autoridade.

Regra:

Incluir notas pertinentes sobre a criação e manutenção do registo de autoridade. Os nomes das pessoas responsáveis pela criação do registo de autoridade podem ser registados neste elemento.

Exemplos:

Responsable de la creación del registo de autoridad: Julia Rodríguez de Diego.

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registo de autoridade: *Consejo de Guerra*

Compilatore: Valentina Baggiani

Valentina Baggiani, 27-LUG-03, Intervento di rielaborazione completa del testo e dei contenuti in vista della pubblicazione sul web della scheda.

Itália, Archivo di Stato di Firenze

6. RELAÇÕES DAS PESSOAS COLECTIVAS, PESSOAS SINGULARES E FAMÍLIAS COM A DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO E OUTROS RECURSOS

Os registos de autoridade arquivística são criados, em primeiro lugar, com o objectivo de documentar o contexto de produção da documentação de arquivo. Para que esta informação seja útil, é necessário ligar os registos de autoridade arquivística à descrição dos documentos de arquivo. Os registos de autoridade arquivística podem também ligar-se a qualquer outro recurso informativo de interesse. Quando tais ligações são estabelecidas, é importante descrever a natureza da relação entre a pessoa colectiva, a pessoa singular ou a família e a fonte relacionada, se essa relação é conhecida. Esta Secção fornece orientações sobre a forma como tais relações podem ser criadas no contexto de um sistema controlado de descrição arquivística. Para uma representação gráfica de como os registos de autoridade arquivística podem ser ligados às descrições dos documentos de arquivo veja-se a figura 1.

Registrar a informação relevante através de um texto narrativo livre e/ou de um texto estruturado de acordo com o especificado nos elementos que se seguem e/ou as ligações para os recursos.

6.1. Identificadores e títulos do recurso relacionado

Objectivo:

Identificar, de forma unívoca, o(s) recurso(s) relacionados e/ou estabelecer a ligação entre o registo de autoridade e a descrição dos recursos relacionados quando estes existam.

Regra:

Fornecer o(s) identificador(es) unívoco(s)/código(s) de referência e/ou título(s) do(s) recurso(s) relacionado(s). Quando necessário, proporcionar também os identificadores de qualquer descrição do recurso relacionado.

6.2. Tipo do recurso relacionado

Objectivo:

Identificar o tipo do(s) recurso(s) relacionado(s) referenciado(s).

Regra:

Identificar o tipo do(s) recurso(s) relacionado(s), por exemplo, documentação de arquivo (fundos, séries, etc.), descrição arquivística, instrumento de descrição, monografia, artigo de jornal, *web site*, fotografia, colecção museológica, filme, registo de história oral.

6.3. Natureza da relação

Objectivo:

Identificar a natureza da(s) relação(ões) entre a pessoa colectiva, a pessoa singular ou a família e o(s) recurso(s) relacionado(s).

Regra:

Descrever a natureza da(s) relação(ões) entre a pessoa colectiva, a pessoa singular ou a família e o recurso relacionado, por exemplo, produtor, autor, sujeito, detentor da custódia, detentor dos direitos de autor, administrador, proprietário.

6.4. Datas do recurso relacionado

Objectivo:

Fornecer quaisquer datas relevantes para o(s) recurso(s) relacionado(s) e/ou as datas da relação entre a pessoa colectiva, a pessoa singular ou a família e o recurso relacionado, e indicar o significado dessas datas.

Regra:

Fornecer quaisquer datas relevantes para o(s) recurso(s) relacionado(s) e/ou a relação entre a pessoa colectiva, a pessoa singular ou a família e o recurso relacionado e descrever o significado dessas datas.

Exemplos:

<i>I Relação</i>		
1 Título e identificador do recurso relacionado	<i>Título</i>	Fondo Fortunato Depero
	<i>Identificador</i>	ITA MART Dep.
2 Tipo do recurso relacionado		Fondo archivístico
3 Natureza da relação		Soggetto produttore
4 Datas do recurso relacionado		1894-1960
<i>II Relação</i>		
1 Título e identificador do recurso relacionado	<i>Título</i>	Fondo Biblioteca Museo Depero
	<i>Identificador</i>	ITA MART q - MD
2 Tipo do recurso relacionado		Raccolta libraria
3 Natureza da relação		Creatore della raccolta
4 Datas do recurso relacionado		1915 – 1960
<i>III Relação</i>		
1 Título e identificador do recurso relacionado	<i>Título</i>	Collezione Fortunato Depero (Polo culturale e Galleria Museo Depero, Rovereto).
	<i>Identificador</i>	ITA MART, Coll Dep
2 Tipo do recurso relacionado		Collezione d'arte
3 Natureza da relação		Creatore della collezione
4 Datas do recurso relacionado		1911-1959

Itália, Museo di arte moderna e contemporanea di Trento e Rovereto

<i>Primeiro Recurso Relacionado</i>		
6.1. Identificador e título do recurso relacionado	<i>Título</i>	Consejo de Guerra
	<i>Identificador único</i>	ES-47161AGS/1.7
6.2. Tipo do recurso relacionado		Fondo
6.3. Natureza da relação		Productor
6.4. Datas do recurso relacionado	<i>Data(s) para visualização</i>	1386/1716
	<i>Data(s) ISO</i>	1386/1716
	<i>Tipo da data</i>	Fechas de formación

<i>Segundo Recurso Relacionado</i>		
6.1. Identificador e título do recurso relacionado	<i>Título</i>	“Depósito de la Guerra”
	<i>Identificador único</i>	ES-28079AGMM/1
6.2. Tipo do recurso relacionado		Colección
6.3. Natureza da relação		Productor
6.4. Datas do recurso relacionado	<i>Data(s) para visualização</i>	1568/1738
	<i>Data(s) ISO</i>	1568/1738
	<i>Tipo da data</i>	Fechas de creación

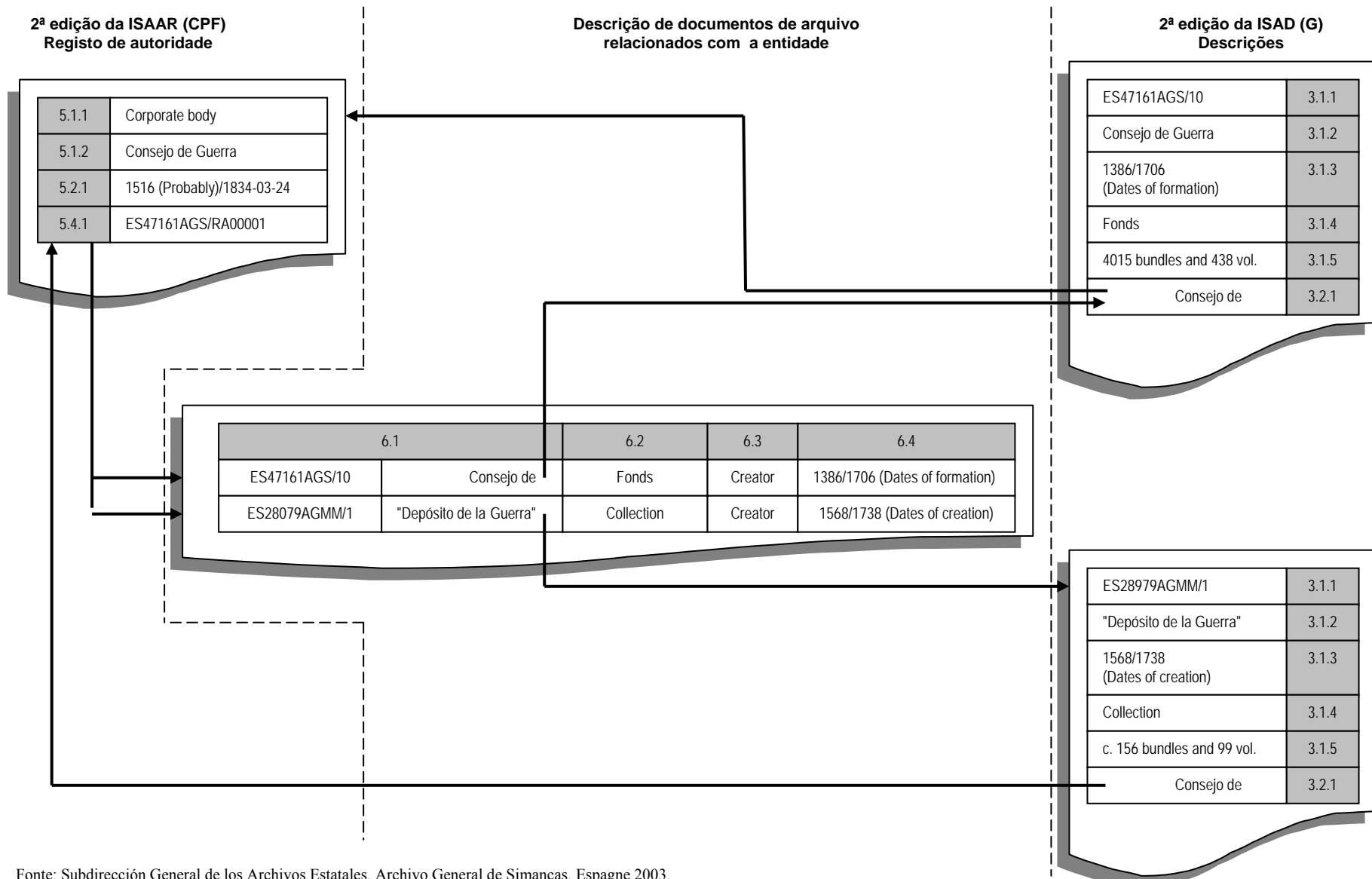
Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registo de autoridade: Consejo de Guerra

6.1. Identificador e título do recurso relacionado	<i>Nachlass Arnold Brecht</i>	
	DE/Barch/NL 89	
6.2. Tipo do recurso relacionado	Echter Nachlass [Archival materials/fonds]	
6.3. Natureza da relação	Provenienzstelle [Creator]	

Alemanha, Bundesarchiv

Figura 1: Relações entre a 2ª edição da ISAAR(CPF) e la 2ª edição da ISAD(G), ilustradas por um exemplo em língua inglesa



Fonte: Subdirección General de los Archivos Estatales, Archivo General de Simancas, Espagne 2003.

APÊNDICE A

Quadro comparativo dos elementos de descrição da 1ª e da 2ª edições da ISAAR (CPF)

1ª edição	2ª edição
1.1. Código de identificação	5.4.1 (Identificador do registo de autoridade) et 5.4.2 (Identificador(es) da instituição)
1.2. Tipos de registo de autoridade arquivística	5.1.1 (Tipo de entidade)
1.3. Entrada de autoridade	5.1.2 (Forma(s) autorizada(s) do nome)
1.4. Entrada(s) paralela(s)	5.1.3 (Formas paralelas do nome)
1.5. Termo(s) preterido(s)	5.1.5 (Outras formas do nome)
1.6. Entrada(s) de autoridade relacionada(s)	5.3 (Zona das relações)
2.1.1. Número de registo	5.1.6 (Identificadores para pessoas colectivas)
2.1.2. Nomes	5.1.4 (Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras)
2.1.3. Data(s) e lugare(s) de existência	5.2.1 (Datas de existência) et 5.2.3 (Lugares)
2.1.4. Sede	5.2.3 (Lugares)
2.1.5. Estatuto jurídico	5.2.4 (Estatuto legal)
2.1.6. Missão, funções, esfera de actividade	5.2.5 (Funções, ocupações e actividades) et 5.2.6 (Mandatos/Fontes de autoridade)
2.1.7. Estrutura administrativa	5.2.7 (Estruturas internas / Genealogia)
2.1.8. Relações	5.3 (Zona das relações)
2.1.9. Outras informações relevante	5.2.8 (Contexto geral)
2.2.2. Nomes	5.1.4 (Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras)
2.2.3. Data(s) e lugare(s) de existência	5.2.1 (Datas de existência) et 5.2.3 (Lugares)
2.2.4. Lugar(es) ou área(s) de residência	5.2.3 (Lugares)
2.2.5. Nacionalidade	5.2.2 (História)
2.2.6. Ocupação, esfera de actividade	5.2.5 (Funções, ocupações e actividades)
2.2.8. Relações	5.3 (Zona das relações)
2.2.9. Outras informações relevantes	5.2.8 (Contexto geral)
2.3.2. Nomes	5.1.4 (Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras)
2.3.3. Data(s) e lugare(s) de existência	5.2.1 (Datas de existência) et 5.2.3 (Lugares)
2.3.4. Lugar(es) e/ou áreas geográficas	5.2.3 (Lugares)
2.3.5. Nacionalidade	5.2.2 (História)
2.3.6. Esfera de actividade	5.2.5 (Funções, ocupações e actividades)
2.3.7. Árvore genealógica	5.2.7 (Estruturas internas / Genealogia)
2.3.8. Relações	5.3 (Zona das relações)
2.3.9. Outras informações relevantes	5.2.8 (Contexto geral)
3.1. Nota do arquivista	5.4.8 (Fontes) et 5.4.9 (Notas de manutenção)
3.2. Regras ou convenções	5.4.3 (Regras ou convenções)
3.3. Data	5.4.6 (Datas de criação, revisão ou eliminação)

APÊNDICE B

Os exemplos são apresentados a título ilustrativo e não prescritivo. Eles exemplificam as aplicações possíveis das regras. Os exemplos e a forma como são apresentados não devem ser tomados como instruções. As regras da presente norma especificam quais as informações que devem figurar num registo de autoridade, mas não a forma de apresentação dessas informações, porque existe uma grande variedade de propostas, que podem estar conforme as regras.

Outros exemplos de registos de autoridade conformes à ISAAR(CPF) podem ser encontrados no website do Comité de Normas de Descrição :

<http://www.hmc.gov.uk/icacds/icacds.htm>

EXEMPLOS COMPLETOS

Exemplo n.º 1. Pessoa colectiva.

Língua: inglês, país de origem: USA

5.1 ZONA DA IDENTIFICAÇÃO		
5.1.1 Tipo de entidade		Corporate body
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome		Department of State. Peace Corps. (03/03/1961-07/01/1971)
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome		ACTION. Peace Corps. (07/01/1971-1982)
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome		Peace Corps. (1982-)
5.1.4 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras	AACR2R	Peace Corps (U.S.)
5.2 ZONA DA DESCRIÇÃO		
5.2.1 Datas de existência		1961-
5.2.2 História		The Peace Corps was established as an operating agency in the Department of State by Department of State Delegation of Authority 85-11, effective March 3, 1961, pursuant to Executive Order (E.O.) 10924, March 1, 1961. It was recognized legislatively by the Peace Corps Act (75 Stat. 612), approved September 22, 1961. The Peace Corps was reassigned to the newly established ACTION by Reorganization Plan No. 1 of 1971, effective July 1, 1971. It was made autonomous within ACTION by E.O. 12137, May 16, 1979, and was made an independent agency by Title VI of the International Security and Development Corporation Act of 1981 (95 Stat. 1540), February 21, 1982. The Peace Corps administered and coordinated Federal international volunteer and related domestic volunteer programs including the areas of agricultural assistance, community development, education, environmental protection, and nation assistance.
5.2.5 Funções, ocupações e actividades		Agricultural assistance Community development Education Environmental protection Nation assistance
5.3 ZONA DAS RELAÇÕES		
Primeira relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Department of State.
	<i>Other form of name</i>	

5.3.2 Tipo de relação		Hierarchical
5.3.3 Descrição da relação	<i>Title</i>	Subordinate agency
	<i>Narrative</i>	
5.3.4 Datas da relação		03/03/1961-07/01/1971
	<i>Dates ISO 8601</i>	1961/03/03-1971/07/01
<i>Segunda relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	ACTION.
	<i>Other form of name</i>	
5.3.2 Tipo de relação		Hierarchical
5.3.3 Descrição da relação	<i>Title</i>	Subordinate agency
	<i>Narrative</i>	
5.3.4 Datas da relação		07/01/1971-1982
	<i>Dates ISO 8601</i>	1971/01/01-1982
5.4 ZONA DO CONTROLO		
5.4.1 Identificador do registo de autoridade		ARC ID 976172
5.4.2 Identificador da instituição		DNA
5.4.3 Regras e/ou convenções		U.S. National Archives and Records Administration, Lifecycle Data Requirements Guide (for creating the authorized form of the name).
5.4.4 Nível de elaboração		Approved
5.4.6 Datas de criação, revisão ou eliminação		2001/11/03
5.4.7 Língua(s) e escrita(s)		English
5.4.8 Fontes		National Archives Guide, Section 490.1
6. RELAÇÕES DAS PESSOAS COLECTIVAS, PESSOAS SINGULARES E FAMÍLIAS COM A DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO E OUTROS RECURSOS		
<i>Primeiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Photographs of Arts and Culture in Ghana
	<i>Unique Identifier</i>	US DNA 558686
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival materials (series)
6.3 Natureza das relações		Creator
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		ca. 1970 (approximate date of the recordkeeping system)
<i>Segundo recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Photographs of Peace Corps Training in Hilo, Hawaii
	<i>Unique Identifier</i>	US DNA 558689
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival materials (series)
6.3 Natureza das relações		creator
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1963 (date of the recordkeeping system)
<i>Terceiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Remarks to Peace Corps Trainees
	<i>Unique Identifier</i>	US DNA 193889
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival materials (file)
6.3 Natureza das relações		Subject
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1962/09/08 (creation date of the file)

Exemplo n.º 2. Pessoa colectiva.**Língua: espanhol, país de origem : Espanha.**

5.1 ZONA DA IDENTIFICAÇÃO		
5.1.1 Tipo de entidade		Institución
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome		Consejo de Guerra
5.1.5 Outras formas do nome		Consejo de la Guerra Consejo de Guerra y Marina Supremo Consejo de Guerra Real y Supremo Consejo de Guerra
5.2 ZONA DA DESCRIÇÃO		
5.2.1 Datas de existência	<i>Fechas a visualizar</i>	1516 (probable)/1834-03-24
	<i>Fechas ISO 8601</i>	1516/1834-03-24
5.2.2 História		No existe una fecha exacta de constitución del Consejo de Guerra. La primera mención data de 1516. Fue suprimido el 24 de marzo de 1834.
5.2.3 Lugar(es)		- Valladolid (sede habitual hasta 1561 y en 1601-1605) - Madrid (sede en 1561-1601 y 1606-1834)
5.2.4 Estatuto legal		Organismo de la Administración Central del Estado (1516 probable-1834)
5.2.5 Funções, ocupações e actividades		La finalidad del Consejo de Guerra fue la resolución de todos los asuntos relacionados con el ámbito militar. Simultáneamente tuvo competencias judiciales y gubernativas. Por las primeras entendía en todas las causas civiles y criminales en las que intervenía personal militar. Por las segundas resolvía cuestiones de levas y reclutamientos, nombramientos de jefes militares, aprovisionamiento, construcción de navíos, preparación de armadas, fabricación de armamento, sistemas defensivos, hospitales, ejércitos permanentes de la Península (guardas y milicias...) En el siglo XVIII con la creación de la Secretaría del Despacho Universal de la Guerra las atribuciones del Consejo quedaron reducidas a cuestiones contenciosas y judiciales, asuntos de protocolo e interpretación de ordenanzas y reglamentos militares. El ámbito territorial de actuación se limitó a la Península, Islas Baleares y Canarias así como norte de África.
5.2.6 Mandatos / Fontes de autoridade		- Instrucciones de 13-VI-1586 por las que se crean y definen las secretarías de Tierra y Mar. - Real Cédula de 14-IV-1646 sobre división de la Secretaría de Tierra en dos: Secretaría de Tierra- Cataluña y Secretaría de Tierra- Extremadura. - Real Decreto de 2-X-1706 reduciendo a una las dos secretarías del Consejo. - Real Decreto de Nueva Planta para el Consejo de Guerra de 23-IV-1714 - Real Decreto de Nueva Planta para el Consejo de Guerra de 23-VIII-1715. - Real Decreto de Nueva Planta para el Consejo de Guerra de 20-I-1717. - Real Cédula de Nueva Planta para el Supremo Consejo de la Guerra de 4-XI-1773. - Decreto de 24-III-1834 de supresión del Consejo de Guerra.

5.2.7 Estruturas internas / Genealogia		<p>Hasta 1586 la organización interna del Consejo de Guerra fue mínima. Con el Rey como presidente, el Consejo estaba constituido por varios consejeros y un secretario, que lo era a su vez de otros consejos, ayudado por oficiales, escribientes y restante personal subalterno.</p> <p>A partir de 1554 un auditor se encargaba de las materias judiciales y se amplía el número de consejeros, oscilando entre cinco y diez.</p> <p>En 1586 la Secretaría del Consejo de Guerra se desdobra en Secretaría de Tierra y Secretaría de Mar. El mayor control de dos áreas conflictivas determinó la división en 1646 de la Secretaría de Tierra en dos: Secretaría de Tierra-Cataluña y Secretaría de Tierra-Extremadura.</p> <p>Tras el advenimiento de la dinastía borbónica a principios del siglo XVIII sufrió sucesivas reorganizaciones administrativas acorde con sus nuevas funciones. Las secretarías se unificaron en 1706.</p> <p>En 1717 la planta del Consejo se redujo en cuanto a su número de consejeros, divididos en militares y togados, la presidencia recayó en el Secretario del Despacho de Guerra y la secretaría desaparece, tramitándose la actividad administrativa a través de</p>
		<p>la Escribanía de Cámara. La nueva planta del año 1773 reserva, como tradicionalmente ocurrió, la presidencia a la persona del Rey, amplía a veinte el número de consejeros, diez natos y diez asistentes, divididos en sala de gobierno y justicia, y de nuevo restituye la figura del secretario. La plantilla se completa con dos fiscales, tres relatores, un escribano de cámara, abogado, agente fiscal, procurador, oficiales, escribientes, alguaciles y porteros. Esta estructura permaneció prácticamente estable hasta su supresión en 1834.</p>
5.2.8 Contexto geral		<p>La inexistencia en el Antiguo Régimen de un sistema reglado, sometido a una ley de procedimiento, dificulta la fijación exacta del periodo de vigencia del cuerpo normativo, que rara vez contempla este aspecto. Por ello, en el elemento 5.2.6 no se ha consignado el intervalo de fechas en que las fuentes de autoridad se aplican o están vigentes con plena eficacia legal.</p>
5.3 ZONA DAS RELAÇÕES		
Primeira relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Consejo Real de Castilla
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00002
5.3.2 Tipo de relação		Temporal
5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción específica</i>	Predecesor
5.3.4 Datas da relação	<i>Fechas a visualizar</i>	1516 (probable)
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1516
Segunda relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Tribunal Supremo de Guerra y Marina
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00003
5.3.2 Tipo de relação		Temporal
5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción específica</i>	Sucesor
5.3.4 Datas da relação	<i>Fechas a visualizar</i>	1834-03-24
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1834-03-24
Terceira relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Ministerio de la Guerra
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00004
5.3.2 Tipo de relação		Temporal
5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción específica</i>	Sucesor

5.3.4 Datas da relação	<i>Fechas a visulizar</i>	1834
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1834
Quarta relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Secretaría del Despacho de Guerra
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00005
5.3.2 Tipo de relação		Asociativa
5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción específica</i>	Entidad relacionada por tramitación administrativa
	<i>Forma narrativa</i>	La Secretaría del Despacho de Guerra era la encargada de la dirección y ejecución de la política militar terrestre. Para este fin mantenía una relación estrechísima con el Consejo en la tramitación administrativa de los expedientes relativos a sus competencias. El Secretario del Despacho fue en algún periodo presidente del propio Consejo.
5.3.4 Datas da relação	<i>Fechas a visulizar</i>	1717-01-20/1834-03-24
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1717-01-20/1834-03-24
Quinta relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Secretaría del Despacho de Marina
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00006
5.3.2 Tipo de relação		Asociativa
5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción específica</i>	Entidad relacionada por tramitación administrativa
	<i>Forma narrativa</i>	La Secretaría del Despacho de Marina era la encargada de la dirección de la política militar marítima. Para ello mantenía una relación estrechísima con el Consejo en la tramitación administrativa de los expedientes relativos a sus competencias.
5.3.4 Datas da relação	<i>Fechas a visulizar</i>	1717-01-20/1834-03-24
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1717-01-20/1834-03-24
Sexta relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Consejo de Estado
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00007
5.3.2 Tipo de relação		Asociativa
5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción específica</i>	Entidad relacionada por tramitación administrativa
	<i>Forma narrativa</i>	El Consejo de Estado durante los siglos XVI y XVII era el órgano competente en el diseño de la política de paz y guerra así como en el desarrollo de la política militar extra-peninsular (Flandes e Italia). A lo largo del siglo XVIII ejerció un papel de asesor del Consejo de Guerra en estas materias y en algunos periodos de dicho siglo compartieron miembros.
5.3.4 Datas da relação	<i>Fechas a visulizar</i>	1526 (probable)/1834-03-24
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1526/1834-03-24
Sétima relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Contaduría del Sueldo
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00008
5.3.2 Tipo de relação		Asociativa
5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción específica</i>	Entidad relacionada por tramitación administrativa
	<i>Forma narrativa</i>	La Contaduría del Sueldo mantuvo durante los siglos XVI y XVII una correspondencia directa e intensa con el Consejo de Guerra por tratarse de un organismo de la Contaduría Mayor de Hacienda encargado de la información, registro y control de los pagos al ejército.
5.3.4 Datas da relação	<i>Fechas a visulizar</i>	1516 (probable)/1705
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1516/1705
Oitava relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Contaduría Mayor de Cuentas
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00009
5.3.2 Tipo de relação		Asociativa

5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción específica</i>	Entidad relacionada por tramitación administrativa
	<i>Forma narrativa</i>	La Contaduría Mayor de Cuentas fue el órgano de intervención y fiscalización del gasto ocasionado por la política y administración militar.
5.3.4 Datas da relação	<i>Fechas a visualizar</i>	1516 (probable)/1828
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1516/1828
Nona relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Consejo de Hacienda
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00010
5.3.2 Tipo de relação		Asociativa
5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción específica</i>	Entidad relacionada por tramitación administrativa
	<i>Forma narrativa</i>	El Consejo de Hacienda tuvo durante los siglos XVI y XVII la responsabilidad de dirigir y controlar la política de financiación de la guerra . Para el desenvolvimiento de la actividad administrativa que el ejercicio de estas funciones conlleva el Consejo de Guerra necesitaba inexcusablemente el concurso del Consejo de Hacienda . Por esta razón sus miembros formaron parte junto con los del Consejo de Guerra de todas las Juntas específicas de la actividad militar: Junta de Presidios, Junta de Armadas, Junta de Fronteras, Junta del Almirantazgo...etc
5.3.4 Datas da relação	<i>Fechas a visualizar</i>	1523/1834-03-24
	<i>ISO 8601</i>	1523/1834-03-24
5.4 ZONA DO CONTROLO		
5.4.1 Identificador do registo de autoridade		ES47161AGS/RA00001
5.4.2 Identificador da instituição	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Archivo General de Simancas
	<i>Código</i>	ES-47161AGS
	<i>Norma de identificación</i>	ISO 15511 - <i>Information and documentation - International standard identifier for libraries and related organizations (ISIL)</i> , Geneva: International Organization for Standardization, 2003.
5.4.3 Regras e/ou convenções		<ul style="list-style-type: none"> - Norma de estrutura de dados básica: ISAAR (CPF) - <i>International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies, Persons and Families</i>, 2nd ed., Canberra: International Council on Archives, 2004. - Norma de conteúdo de dados: Reglas de catalogación. Ed. nuevamente rev. Madrid: Ministerio de Educación y Cultura, Centro de publicaciones : Boletín Oficial del Estado, 1999. - Norma de codificação de datas: ISO 8601 - <i>Data elements and interchange formats - Information interchange - Representation of dates and times</i>, 2nd ed., Geneva: International Organization for Standardization, 2000. - Norma de codificação de país: ISO 3166 - <i>Codes for the representation of names of countries</i>, Geneva: International Organization for Standardization, 1997. - Norma de codificação de instituição: ISO 15511 - <i>Information and documentation - International standard identifier for libraries and related organizations (ISIL)</i>, Geneva: International Organization for Standardization, 2003. - Norma de codificação de língua: ISO 639-2 - <i>Codes for the representation of names of languages, Alpha-3 code</i>, Geneva: International Organization for Standardization, 1998. - Norma de codificação de escritura: ISO 15924 - <i>Codes for the representation of names of scripts</i>, Geneva: International Organization for Standardization, 2001. - Norma de referências bibliográficas: ISO 690 - <i>Documentation - Bibliographic references - Content, form and structure</i>, Geneva: International Organization for Standardization, 1987.
5.4.4 Nível de elaboração		Finalizado
5.4.5 Nível de detalhe		Completo
5.4.6 Datas de criação, revisão ou eliminação	<i>Fecha ISO 8601 de creación</i>	2002-10-25
	<i>Fecha ISO 8601 de revisión</i>	2003-12-05
5.4.7 Língua(s) e escrita(s)		Español en escritura latina.
	<i>Código ISO 639-2</i>	spa
	<i>Código ISO 15024</i>	latn

5.4.8 Fontes		<p>ANDÚJAR CASTILLO, Francisco. Consejo y consejeros de Guerra en el siglo XVIII. Granada : Universidad de Granada, 1996.</p> <p>DOMÍNGUEZ NAFRÍA, Juan Carlos. El Real y Supremo Consejo de Guerra (siglos XVI-XVIII). Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2001.</p> <p>FERNÁNDEZ CONTI, Santiago. Los Consejos de Estado y Guerra de la monarquía hispana en tiempos de Felipe II (1548-1598). [Valladolid] : Consejería de Educación y Cultura, 1998.</p> <p>FERNÁNDEZ CONTI, Santiago. El gobierno de los asuntos de la guerra en Castilla durante el reinado del emperador Carlos V (1516-1558). In Intrex : Instituciones y elites de poder en la monarquía hispana durante el siglo XVI. Madrid : Universidad Autónoma de Madrid, 1992, p. 47-105.</p> <p>GOODMAN, David. Spanish naval power, 1589-1665 : reconstruction and defeat. Cambridge : Cambridge University Press, 1997.</p> <p>OYA OZORES, Francisco de. Promptuario del Consejo de Guerra, y Jurisdiccion Militar, en que se refieren el instituto, gobierno, y facultades de este Supremo Tribunal, y los casos en que compete, ó se limita el fuero militar...., según Ordenanzas, y Reales resoluciones. [Madrid] : [s.n.], 1740.</p> <p>THOMPSON, I.A.A. Guerra y decadencia : gobierno y administración en la España de los Austrias, 1560-1620. Barcelona : Crítica, 1981.</p>
5.4.9 Notas de manutenção		Registro de autoridad creado por Julia Rodríguez de Diego.
6. RELAÇÕES DAS PESSOAS COLECTIVAS, PESSOAS SINGULARES E FAMÍLIAS COM A DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO E OUTROS RECURSOS		
<i>Primeiro Recurso Relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Título</i>	Consejo de Guerra
	<i>Identificador único</i>	ES47161AGS/10
6.2 Tipos de recursos relacionados		Fondo
6.3 Natureza das relações		Productor
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações	<i>Fechas a visualizar</i>	1386/1706
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1386/1706
	<i>Tipo de fecha</i>	Fechas de formación
<i>Segundo Recurso Relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Título</i>	"Depósito de la Guerra"
	<i>Identificador único</i>	ES28079AGMM/1
6.2 Tipos de recursos relacionados		Colección
6.3 Natureza das relações		Productor
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações	<i>Fechas a visualizar</i>	1568 /1738
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1568 /1738
	<i>Tipo de fecha</i>	Fechas de creación

Exemplo n.º 3. Pessoa colectiva.**Língua: espanhol, país de origem : México.**

5.1. ZONA DE IDENTIFICAÇÃO		
5.1.1 Tipo de entidade		Institución
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome		Real Lotería de la Nueva España
5.1.5 Outras formas do nome		Lotería Real Lotería Real Casa de Lotería Real Lotería General de la Nueva España Lotería Moderna (1812) Lotería Real (1814) Renta de Lotería del Imperio de México (1821) Lotería Nacional (1832/1842)
5.2 ZONA DA DESCRIÇÃO		
5.2.1 Datas de existência	<i>Fechas a visualizar</i>	1767/1842
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1767/1842
5.2.2 História		<p>Con el fin de crear una nueva fuente de ingresos para la Real Hacienda en la Nueva España, el Rey Español Carlos III aprobó el proyecto para el establecimiento de la Real Lotería de la Nueva España. Las ordenanzas para Lotería fueron emitidas en 1769. El 25 de septiembre de 1770 celebraron los primeros sorteos con un fondo de 84,000 pesos.</p> <p>En 1781 el Virrey Don Martín de Mayorga otorgó la primera aportación de la Real Lotería para la Beneficencia Pública, siendo esta al Hospicio de pobres.</p> <p>Durante la guerra de independencia que inició en Nueva España en 1810, hubo varios cambios para la Real Lotería de la Nueva España, entre ellos, el Virrey Félix María Calleja instituyó loterías forzosas en la capital y en los Estados para obligar a comprar billetes a todos los empleados del Gobierno Nobleza, Ejército y Clero y de esta manera recabar fondos para combatir a la insurgencia. A su vez, debido a las ideas independentistas, la Real Lotería fue cambiada de nombre varias veces. Entre otros se le llamó Lotería Moderna (1812), Lotería Real (1814), Renta de Lotería del Imperio de México (1821) o Lotería Nacional (1832).</p>
5.2.3 Lugar(es)		Ciudad de México Nueva España y sus provincias Estados de la República Mexicana
5.2.4 Estatuto jurídico		Organismo de la Administración Central del Estado, 1769
5.2.5 Funções, ocupações e actividades		<p>En su origen, la Real Lotería se encargó de efectuar sorteos en la ciudad de México y las provincias de la Nueva España. Entre otras funciones dió instrucciones precisas acerca del manejo de los fondos y de los billetes, incluyendo los castigos por fraude y malversación de fondos. La Real Lotería otorgó en muchos casos concesiones de rifas de billetes a instituciones religiosas y de caridad para que el producto de las rifas se destinara a reconstruir edificios, curar enfermos y sostener indigentes.</p> <p>En otro momento la lotería permitió financiar los gastos de la guerra de independencia de 1810 o de la construcción de la vía Ferrocarril México-Toluca.</p>
5.2.6 Mandatos /Fontes de autoridade		Ordenanzas de la Real Hacienda de la Nueva España, 1769 Bando Real publicado el 19 de septiembre de 1770
5.2.7 Estructuras internas/ Genealogia		<p>En su origen la Lotería en la Nueva España estaba presidida por un director, un oficial mayor, un colector, un contador, así como colectores foráneos encargados de recaudar el producto de la Lotería en las provincias de la Nueva España.</p> <p>Durante la guerra de la independencia de 1810, el Virrey Félix María Calleja instituyó dos Loterías forzosas, una para la Capital y otra para los Estados, ambas dependientes de la Real Lotería.</p>
5.3 ZONA DAS RELAÇÕES		
Primeira relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Real Hacienda
	<i>Identificador único</i>	MX9AGN98
5.3.2 Tipo de relação		Temporal

5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción precisa</i>	Predecesor
	<i>Descripción narrativa</i>	La Real Hacienda se fundó en el siglo XV como parte de la estructura institucional del Virreynato de la Nueva España. Entre los ramos que la conformaban destacan los relacionados con los impuestos perpetuos. Otros ramos eran los que tenían un destino particular y piadoso como bulas, diezmos y otros ingresos como los impuestos al tabaco, naipes y azogue. De la existencia de estos ramos derivó el interés de la Real Hacienda por crear la lotería como una instancia independiente dedicada a realizar sorteos públicos para obtener recursos.
5.3.4 Datas da relação	<i>fechas a visualizar</i>	1650/1800
	<i>fecha/s ISO</i>	1650/1800
Segunda relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Lotería de la Academia Nacional de San Carlos
	<i>Identificador único</i>	MX9AGN67
5.3.2 Tipo de relação		Temporal
5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción precisa</i>	Sucesor
	<i>Descripción narrativa</i>	En 1842 se publicó el decreto que consignaba la renta de la Lotería Nacional a la Academia de San Carlos. Así fue que la Lotería ayudó a otorgar recursos a la Academia de San Carlos para comprar obras de arte, dar becas a los alumnos para estudiar en Europa y traer maestros del extranjero.
5.3.4 Datas da relação	<i>fechas a visualizar</i>	1842/1861
	<i>fecha/s ISO</i>	1842/1861
Terceira relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Lotería Nacional
	<i>Identificador único</i>	MX9AGN67
5.3.2 Tipo de relação		Temporal
5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción precisa</i>	Sucesor
	<i>Descripción narrativa</i>	En 1861 el Presidente de México Benito Juárez, establece oficialmente la Lotería Nacional, que entre otras funciones tendría la de sostener a las escuelas de Bellas Artes, Agricultura y Casa de Cuna.
5.3.4 Datas da relação	<i>fechas a visualizar</i>	1861/1877
	<i>fecha/s ISO</i>	1861/1877
Quarta relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Lotería para la Beneficencia Pública
	<i>Identificador único</i>	MX9AGN67
5.3.2 Tipo de relação		Temporal
5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción precisa</i>	Sucesor
	<i>Descripción narrativa</i>	En 1877 el Ministerio de Gobernación emitió una circular para instituir la creación de la Dirección de Beneficencia Pública, la cuál dependerá de dicho Ministerio y administraría todos los hospitales, hospicios, casas de corrección y establecimientos de beneficencia. En abril de ese año, la Junta Directiva de la Beneficencia Pública solicitó la creación de la Lotería para la Beneficencia Pública, la cual fue autorizada.
5.3.4 Datas da relação	<i>fechas a visualizar</i>	1877/1881
	<i>fecha/s ISO</i>	1877/1881
Quinta relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Lotería Auxiliar para Obras Públicas
	<i>Identificador único</i>	MX9ALNAP
5.3.2 Tipo de relação		Temporal
5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción precisa</i>	Sucesor
	<i>Descripción narrativa</i>	A partir de 1881 la lotería siguió orientada a fomentar la beneficencia y se dedicó también a la construcción de edificios públicos.

5.3.4 Datas da relação	<i>fechas a visualizar</i>	1881/1915
	<i>fecha/s ISO</i>	1881/1915
Sexta relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Lotería Nacional para la Beneficencia Pública.
	<i>Identificador único</i>	MX9ALNAP
5.3.2 Tipo de relação		Temporal
5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción precisa</i>	Sucesor
	<i>Descripción narrativa</i>	Después de 1881, la lotería siguió funcionando y entre 1915 y 1920 fue suspendida por decisión del Presidente de la República Venustiano Carranza. En 1920 se restableció nuevamente con el nombre de Lotería Nacional para la Beneficencia Pública..
5.3.4 Datas da relação	<i>fechas a visualizar</i>	1920/1960
	<i>fecha/s ISO</i>	1920/1960
Sétima relação		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Lotería Nacional para la Asistencia Pública
	<i>Identificador único</i>	MX9ALNAP
5.3.2 Tipo de relação		Temporal
5.3.3 Descrição da relação	<i>Descripción precisa</i>	Sucesor
	<i>Descripción narrativa</i>	A partir de 1960 se creó la Lotería Nacional para la Asistencia Pública que rige hasta el día de hoy.
5.3.4 Datas da relação	<i>fechas a visualizar</i>	1960/2002
	<i>fecha/s ISO</i>	1960/2002
5.4 ZONA DO CONTROLO		
5.4.1 Identificador do registo de autoridade		MX9AGN67
5.4.2 Identificador da instituição	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Archivo General de la Nación
	<i>Código ISO 15511</i>	MX9AGN
5.4.3 Regras e/ou convenções		<ul style="list-style-type: none"> - Norma de estructura de datos básica: ISAAR (CPF) - International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families, Draft 2nd ed., Madrid: International Council on Archives, 12-15 June 2002. - Norma de codificación de fechas: ISO 8601 - Data elements and interchange formats -information interchange- Representation of dates and times, 2nd. ed., Geneve: International Standards Organisation, 2000. - Norma de codificación de país: ISO 3166. Codes for the representation of names of countries, Geneve: International Standards Organisation, 1977. - Norma de Codificación de lengua: ISO 15924 - Codes for the representation of names of scripts, Geneve: International Standards Organisation, 2001. - Listado Oficial para codificar los Estados y Municipios de la República Mexicana, Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática, 2002.
5.4.4 Nível de elaboração		Versión final
5.4.5 Nível de detalhe		Completo
5.4.6 Datas de criação, revisão ou eliminação	<i>Fechas a visualizar</i>	2002-12-16
	<i>Fecha/s ISO 8601</i>	2002-12-16
5.4.7 Língua(s) e escrita(s)	<i>Datos a visualizar</i>	Español en escritura latina
	<i>Código de lengua ISO 639-2</i>	spa
	<i>Código de escritura ISO 15024</i>	latn
5.4.8 Fontes		
	<i>Notas</i>	Significado de las siglas citadas: AGN: Archivo General de la Nación de México ALNAP: Archivo de la Lotería Nacional para la Asistencia Pública
5.4.9 Notas de manutenção	<i>Responsable de la creación del registro de autoridad</i>	Juan Manuel Herrera y Yolia Tortolero, Archivo General de la Nación, México.

Exemplo n.º 4. Pessoa colectiva.
Língua: português, país de origem: Brasil.

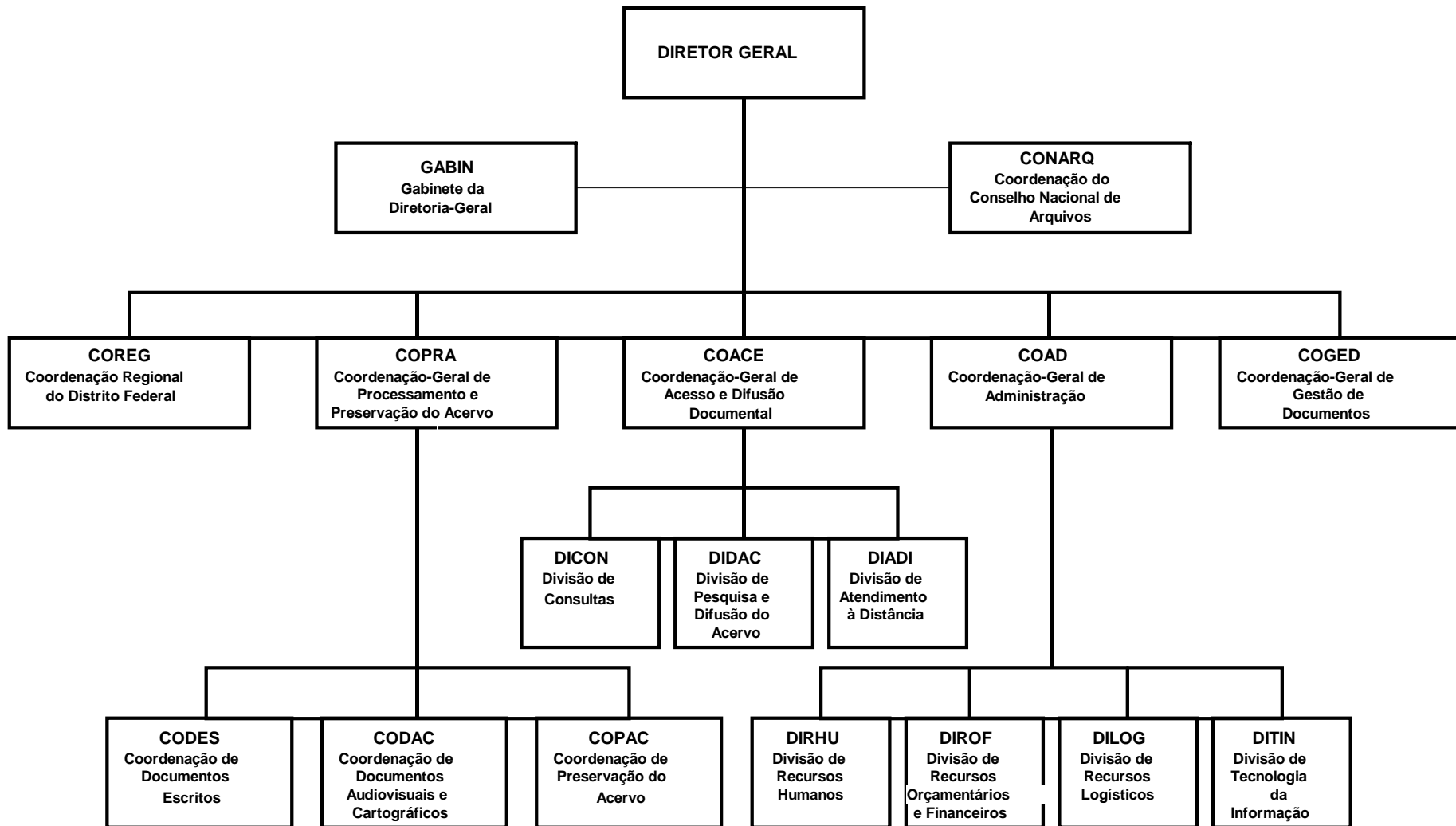
5.1 ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
5.1.1 Tipo de entidade	Entidade coletiva
5.1.2 Formas(s) autorizada(s) do nome	Arquivo Nacional (Brasil)
5.1.4 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras	Brasil. Arquivo Nacional [cf. AACR2]
5.1.5 Outras formas do nome	Arquivo Público do Império (1838 – 1890) Archivo Público do Império Arquivo Público Nacional (1890 – 1911) Archivo Público Nacional Arquivo Nacional (1911 -) Archivo Nacional
5.1.6 Identificadores para entidades colectivas	04.374.067/0001-47 (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ) 00320 (n.º da unidade protocolizadora no Governo Federal)
5.2 ZONA DA DESCRIÇÃO	
5.2.1 Datas de existência	1838 - <i>Datas ISO 8601</i>
5.2.2 História	<p>Previsto na Constituição de 1824, o Arquivo Público do Império foi estabelecido na Secretaria dos Negócios do Império pelo regulamento n.º 2, de 2/1/1838. Tinha por competência a guarda dos diplomas legais dos poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador, dos documentos eclesiásticos, dos relativos à família imperial e às relações exteriores. Em 3/3/1860, o decreto n.º 2.541 reorganizou o órgão, que passou a guardar e classificar os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia do Brasil.</p> <p>Em 21/11/1890, pelo decreto n.º 10, o Arquivo Público do Império teve seu nome alterado para Arquivo Público Nacional, mantendo-se na Secretaria dos Negócios do Interior. Em 3/12/1892, o decreto n.º 1.160 o transferiu para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.</p> <p>Em 21/11/1958, o decreto n.º 44.862 aprovou uma nova competência para o órgão: preservar os documentos de valor administrativo ou histórico, oriundos dos órgãos da União e entidades de direito privado por ela instituídos e os de valor histórico, provenientes de entidades públicas ou particulares; possibilitar seu uso aos órgãos governamentais e particulares e promover a pesquisa histórica, realizá-la, e divulgar a história pátria, visando a educação cívica do brasileiro.</p> <p>Em 15/10/1975, a portaria n.º 600-B do Ministério da Justiça determinou que o órgão tinha por finalidade recolher e preservar o patrimônio documental do país com o objetivo de divulgar o conteúdo científico cultural e incentivar a pesquisa relacionada com os fundamentos e as perspectivas do desenvolvimento nacional.</p> <p>A portaria n.º 384, de 12/7/1991, do Ministério da Justiça, aprovou um novo regimento interno para o Arquivo Nacional, que se tornou o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos. Sua finalidade, desde então, é executar a gestão, o recolhimento, a guarda, a preservação e a restauração do acervo arquivístico da Administração Pública Federal, bem como dos documentos privados de interesse público, sob sua guarda, garantindo o acesso público às informações neles contidas, com o objetivo de apoiar o governo nas suas decisões político-administrativas, o cidadão na defesa dos seus direitos, divulgando o conteúdo de natureza técnica, científica e cultural, incentivando a pesquisa e implementando a política arquivística do Governo Federal, visando a racionalização e a diminuição dos custos públicos.</p> <p>Em junho de 2000 várias medidas provisórias visando dar melhores condições ao combate à violência na sociedade brasileira são editadas e reeditadas, implicando em reorganização ministerial. No conjunto dessas mudanças, o Arquivo Nacional tem sua subordinação transferida do Ministério da Justiça para a Casa Civil da Presidência da República, ato finalmente consolidado pela medida provisória n.º 2.049-2, de 29/6/2000.</p>
5.2.3 Locais	Sediado no Rio de Janeiro e dispendo de uma coordenação regional no Distrito Federal, em Brasília, atua em todo o território nacional
5.2.4 Estatuto legal	Órgão público do Executivo Federal, da administração direta.
5.2.5 Funções, ocupações e actividades	Gestão e recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, preservação e acesso aos documentos sob sua guarda e acompanhamento e implementação da política nacional de arquivos, na forma do disposto no art. 2º do decreto n.º 3.843, de 13/6/2001.
5.2.6 Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> - Decreto n.º 4.915, de 12/12/2003, que dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal, e dá outras providências; - Decreto n.º 4.073, de 3/1/2002, que regulamenta a lei n.º 8.159, de 8/1/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados; - Portaria n.º 16, de 4/7/2001, da Casa Civil da Presidência da República, que dispõe sobre o regimento interno do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República; - Medida Provisória n.º 2.049-2, de 29/6/2000, que altera dispositivos da Lei n.º 9.649, de 27/5/1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências [entre elas a transferência do Arquivo Nacional para a estrutura da Casa Civil da Presidência da República]; - Medida Provisória n.º 2.045-1, de 28/6/2000, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, suspende temporariamente o registro de armas de fogo e dá outras providências [entre elas a transferência do Arquivo Nacional para a Casa Civil da Presidência da República];

	<p>- Medida Provisória nº 2.029, de 20/6/2000, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, suspende temporariamente o registro de armas de fogo e dá outras providências [entre elas a transferência do Arquivo Nacional para a Casa Civil da Presidência da República];</p> <p>- Portaria nº 617, de 17/8/1994, que aprova o regimento interno do Arquivo Nacional;</p> <p>- Decreto nº 1.173, de 29/6/1994, que dispõe sobre o funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ e do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR;</p> <p>- Portaria nº 173, de 8/4/1992, que aprova o regimento interno do Arquivo Nacional;</p> <p>- Portaria nº 384, de 12/7/1991, do Ministério da Justiça, que aprova novo regimento interno para o Arquivo Nacional;</p> <p>- Lei nº 8.159, de 8/1/1991 [Lei de Arquivos], que dispõe sobre a política nacional de arquivos e dá outras providências;</p> <p>- Constituição Federal de 1988, artigo 5º, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos;</p> <p>- Decreto nº. 82.308, de 25/9/1978, que institui o Sistema Nacional de Arquivo – SINAR [sendo seu órgão central o Arquivo Nacional];</p> <p>- Portaria nº 600-B, de 15/10/1975, do Ministério da Justiça, que aprova o regimento interno do Arquivo Nacional;</p> <p>- Decreto nº 44.862, de 21/11/1958, que aprova o regimento do Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores;</p> <p>- Decreto nº. 16.036, de 14/5/1923, que aprova o regulamento para o Arquivo Nacional;</p> <p>- Decreto nº 14.852, de 1/6/1921, que modifica diversos artigos do regulamento do Arquivo Nacional aprovado pelo Decreto nº. 9.197, de 9/12/1911;</p> <p>- Decreto nº. 9.197, de 9/12/1911, que aprova novo regulamento do Arquivo Nacional;</p> <p>- Decreto nº 15.80, de 31/10/1893, que manda executar o regulamento anexo que reforma o Arquivo Público Nacional;</p> <p>- Decreto nº 1.160, de 6/12/1892, que dá regulamento à Secretaria da Justiça e Negócios Interiores [e subordina o Arquivo Público Nacional à 1ª Seção da Diretoria do Interior];</p> <p>- Lei nº 23, de 30/10/1891, que reorganiza os serviços da Administração Federal, [e que no art. 4 transfere para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores serviços que pertenciam ao Ministério do Interior];</p> <p>- Decreto nº 10, de 21/11/1890, que muda a denominação do Arquivo Público do Império para Arquivo Público Nacional;</p> <p>- Decreto nº 6.164, de 24/3/1876, que reorganiza o Arquivo Público do Império;</p> <p>- Decreto nº 2.541, de 3/3/1860, que reorganiza o Arquivo Público do Império;</p> <p>- Decreto nº 2, de 2/1/1838, que manda executar o regulamento nº 2, que dá instruções sobre o Arquivo Público provisoriamente estabelecido na Secretaria de Estado dos Negócios do Império;</p> <p>- Constituição de 1824, art. 70, que determina a guarda do original de lei assinada pelo imperador e referendada pelo secretário de Estado competente no Arquivo Público [ainda não criado].</p>	
5.2.7 Estruturas internas / Genealogias	Tem como órgãos de assistência direta e imediata ao diretor-geral o Gabinete da Diretoria Geral e a Coordenação do Conselho Nacional de Arquivos. Como órgãos específicos e singulares, a Coordenação Geral de Gestão de Documentos, a Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo, integrada pela Coordenação de Documentos Escritos, pela Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos e pela Coordenação de Preservação do Acervo, a Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental, integrada pela Divisão de Consultas, pela Divisão de Atendimento à Distância e pela Divisão de Pesquisa e Difusão do Acervo, a Coordenação-Geral de Administração e a Coordenação Regional no Distrito Federal. Ver também Apêndice 1.	
5.2.8 Contexto geral	A instituição foi criada no contexto da formação do Estado Nacional, sendo já prevista na 1ª Constituição (1824), dois anos após a proclamação da independência. Durante o período imperial, na medida em que o país era uma monarquia centralizada, reuniu também documentos de origem provincial. Com a República, dado seu caráter federativo, passou a atuar primordialmente no âmbito do Executivo Federal. O Arquivo Nacional custodia acervo oriundo dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, documentação cartorária e privada, esta de pessoas, famílias e instituições.	
5.3 ZONA DAS RELAÇÕES		
Primeira relação		
5.3.1 Nomes / identificadores das entidades colectivas, pessoas ou famílias relacionadas	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i> <i>Identificadores</i>	Brasil. Presidência da República. Casa Civil
5.3.2 Tipo de relação	Hierárquica	
5.3.3 Descrição da relação	<i>Título Narrativa</i>	Subordinado à Casa Civil da Presidência da República
5.3.4 Datas da relação		2000 -
	<i>Datas ISO 8601</i>	
Segunda relação		
5.3.1 Nomes / identificadores das entidades colectivas, pessoas ou famílias relacionadas	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i> <i>Identificadores</i>	Conselho Nacional de Arquivos (Brasil)
5.3.2 Tipo de relação	Associativa	
5.3.3 Descrição da relação	<i>Título Narrativa</i>	O diretor-geral do Arquivo Nacional é o presidente do Conselho Nacional de Arquivos

5.3.4 Datas da relação		1991 -
	<i>Datas ISO 8601</i>	
<i>Terceira relação</i>		
5.3.1 Nomes / identificadores das entidades colectivas, pessoas ou famílias relacionadas	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i> <i>Identificadores</i>	International Council on Archives = Conseil International des Archives
5.3.2 Tipo de relação	Associativa	
5.3.3 Descrição da relação	<i>Título</i> <i>Narrativa</i>	É membro do International Council on Archives (ICA = CIA) [Conselho Internacional de Arquivos].
5.3.4 Datas da relação		1970 -
	<i>Datas ISO 8601</i>	
<i>Quarta relação</i>		
5.3.1 Nomes / identificadores das entidades colectivas, pessoas ou famílias relacionadas	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i> <i>Identificadores</i>	Asociación Latinoamericana de Archivos
5.3.2 Tipo de relação	Associativa	
5.3.3 Descrição da relação	<i>Título</i> <i>Narrativa</i>	É membro da Asociación Latinoamericana de Archivos (ALA).
5.3.4 Datas da relação		1973 -
	<i>Datas ISO 8601</i>	
5.4 ZONA DO CONTROLO		
5.4.1 Identificador do registro de autoridade	BR AN E 1r	
5.4.2 Identificadores da instituição	Arquivo Nacional (Brasil) BR AN	
5.4.3 Regras e / ou convenções	International Council on Archives. <i>ISAAR (CPF): International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families</i> . 2. ed. Canberra, 2003. p. Associação Brasileira de Normas Técnicas. <i>NBR 6023: Informação e documentação, referências, elaboração</i> . Rio de Janeiro, 2000. 22 p.	
5.4.4 Nível de elaboração	Versão preliminar	
5.4.5 Nível de detalhe	Resumido	
5.4.6 Datas de criação, revisão ou eliminação	Criação: 19/12/2002.	
5.4.7 Língua(s) e escrita(s)	Português	
5.4.8 Fontes	ARQUIVO NACIONAL (Brasil). <i>Arquivo Nacional</i> . Rio de Janeiro, 2002. 51 p. CASTELLO BRANCO, Pandiá H. de Tautphoeus. <i>Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938): o Arquivo no Império</i> . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937. 356p. (Publicações do Arquivo Nacional, 35).	
5.4.9 Notas de manutenção	Autor: Vitor Manoel Marques da Fonseca	
6. RELAÇÕES DAS PESSOAS COLECTIVAS, PESSOAS SINGULARES E FAMÍLIAS COM A DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO E OUTROS RECURSOS		
<i>Primeiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Títulos</i>	Arquivo Nacional
	<i>Identificadores</i>	BR AN AN
6.2 Tipos dos recursos relacionados	Fundo	
6.3 Natureza das relações	Produtor	
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1838 -
	<i>Datas ISO 8601</i>	
<i>Segundo recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Títulos</i>	ARQUIVO NACIONAL (Brasil). <i>Inventário sumário da documentação permanente do fundo Arquivo Nacional</i> . Rio de Janeiro, 1994. 102 p.
	<i>Identificadores</i>	
6.2 Tipos dos recursos relacionados	Instrumento de pesquisa	
6.3 Natureza das relações	Autor	

6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1994
	<i>Datas ISO 8601</i>	
<i>Terceiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Títulos</i>	http://www.arquivonacional.gov.br
	<i>Identificadores</i>	
6.2 Tipos dos recursos relacionados	<i>Site na web</i>	
6.3 Natureza das relações	Autor e proprietário	
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		2000 -
	<i>Datas ISO 8601</i>	

APPENDIX 1 APÊNDICE 1



Exemplo n° 5. Pessoa singular.**Língua: inglês, país de origem: Austrália.**

5.1 ZONA DA IDENTIFICAÇÃO		
5.1.1 Tipo de entidade		Person
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome		Mabo, Eddie, 1936-1992
5.1.5 Other forms of name		Mabo, Edward Koiki, 1936-1992
5.2 ZONA DA DESCRIÇÃO		
5.2.1 Datas de existência		1936-1992
	<i>Dates ISO 8601</i>	1936/1992-01-21
5.2.2 História		<p>29 June 1936 - Born on Mer, the son of Robert Zezou Sambo and Annie Mabo of the Piadaram clan. Because his mother died in childbirth, he was adopted under customary law by his uncle Benny Mabo and aunt Maiga.</p> <p>1953-57 - Worked on trochus fishing luggers out of Mer.</p> <p>1957 - Left Mer and moved to the mainland. Worked at various jobs including canecutter and railway labourer.</p> <p>1959 - Married Bonita Nehow (born 1943).</p> <p>1960-61 - Union representative, Townsville-Mount Isa rail construction project.</p> <p>1962-67 - Worked for the Townsville Harbour Board.</p> <p>1962-69 - Secretary, Aboriginal and Torres Strait Islander Advancement League.</p> <p>1967 - Helped organise seminar in Townsville: 'We the Australians: What is to Follow the Referendum?'</p> <p>1967-71 - Worked as gardener-groundsman, James Cook University</p> <p>1973 - Mabo and family travelled to Thursday Island en route to Mer with the intention of visiting Mabo's dying father, but were denied entry to Mer.</p> <p>1973-83 - Director, Black Community School, Townsville.</p> <p>1974-78 - Member of the Aboriginal Arts Council.</p> <p>1975-80 - President, Yumba Meta Housing Association.</p> <p>1975-78 - Member, National Aboriginal Education Committee.</p> <p>1978-81 - Assistant Vocational Officer, Aboriginal Employment and Training Branch Commonwealth Employment Service.</p> <p>1978-79 - Member, Australian Institute of Aboriginal Studies Education Advisory Committee.</p> <p>1981-84 - Pursued Diploma of Teaching, Townsville College of Advanced Education/James Cook University.</p> <p>1981 - Conference on land rights at James Cook University. Decision to take the Murray Islanders' land case to the High Court</p> <p>1982 - Land rights case launched. Plaintiffs were Mabo, Sam Passi, Father Dave Passi, James Rice and Celuia Mapo Salee.</p> <p>1986-87 - Director, ABIS Community Cooperative Society Ltd, Townsville.</p> <p>1986-87 - Assistant Director, Aboriginal Arts, Melbourne Moomba Festival.</p> <p>1987-88 - Employed by the Department of Aboriginal Affairs as Community Arts Liaison Officer, 5th Festival of Pacific Arts, Townsville.</p> <p>1987-88 - Vice-Chairman, Magani Malu Kes.</p> <p>1988 - High Court ruled the <i>Queensland Coast Islands Declaratory Act 1985</i> contrary to the Commonwealth <i>Racial Discrimination Act 1975</i>.</p> <p>21 Jan. 1992 - Edward Koiki Mabo died in Brisbane.</p> <p>3 June 1992 - High Court delivered a 6:1 verdict in favour of Mabo, <i>Mabo v State of Queensland (No. 2)</i> (1992) 175 CLR 1, overturning the 205-year-old legal doctrine of <i>terra nullius</i>.</p> <p>26 Jan. 1993 - <i>The Australian</i> announced Eddie Mabo its 1992 Australian of the Year.</p>
5.2.3 Lugares		Mer [Murray Island], Torres Strait (1936-1957) Townsville, Queensland (c.1960-1992)
5.2.5 Funções, ocupações e actividades		Trochus fisherman Sugarcane cutter Railway labourer Trade union official Waterfront worker Indigenous community leader Gardener Vocational officer Teacher Legal aid officer Indigenous arts administrator Indigenous land rights plaintiff

5.2.6 Mandatos / Fontes de autoridade		Torres Strait customary law
5.2.8 Contexto geral		Edward Koiki Mabo was born in 1936 on the island of Mer, one of the Murray Islands, which are located at the eastern extremity of Torres Strait. In June 1992, six months after his death, Mabo achieved national prominence as the successful principal plaintiff in the landmark High Court ruling on native land title. The High Court ruling, for the first time, gave legal recognition to the fact that indigenous land ownership existed in Australia before European settlement and that, in some cases, this land tenure was not subsequently extinguished by the Crown.
5.3 ZONA DAS RELAÇÕES		
<i>Primeira relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Mabo, Bonita, 1943-
	<i>Other form of name</i>	Nehow, Bonita, 1943-
5.3.2 Tipo de relação		Family
5.3.3 Descrição da relação		Spouse
5.3.4 Datas da relação		1959-1992
	<i>Dates ISO 8601</i>	1959/1992-01-21
<i>Segunda relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Aboriginal and Torres Strait Islander Advancement League
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação	<i>Title</i>	Secretary.
	<i>Narrative</i>	Mabo resigned from the League because of the involvement of people he considered to be insincere 'do-gooders'. He then established the all-black Council for the Rights of Indigenous People
5.3.4 Datas da relação		1962-1969
	<i>ISO 8601</i>	1962/1969
<i>Terceira relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Black Community School, Townsville, Qld
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação	<i>Title</i>	Director
	<i>Narrative</i>	Mabo was Director of this School, the first of its kind established in Australia, throughout the ten years of its existence. The School, which was an independent school funded by the Commonwealth, was forced to close in 1983 because the lease on its site had expired and the School was unable to secure another site.
5.3.4 Datas da relação		1973-1983
	<i>ISO 8601</i>	1973/1983
<i>Quarta relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	James Cook University of North Queensland
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação		Employee
	<i>Title</i>	Gardener-Groundsman
5.3.4 Datas da relação		1967-1971
	<i>ISO 8601</i>	1967/1971
<i>Quinta relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	James Cook University of North Queensland
	<i>Predecessor</i>	Townsville College of Advanced Education
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação		Student
	<i>Narrative</i>	Mabo enrolled in a Diploma of Teaching course at Townsville College of Advance Education in 1981. In 1982, the College of Advanced Education amalgamated with the James Cook University of North Queensland. Mabo eventually decided not to become a teacher because he felt he was unsuited to classroom situations.

5.3.4 Datas da relação		1981-1984
<i>Sexta relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Council for the Rights of Indigenous People
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação	<i>Title</i>	President
	<i>Narrative</i>	Established in 1970 as a break away from the Aboriginal and Torres Strait Islander Advancement League, this all-black Council established a legal aid service, a medical service and the Black Community School in Townsville.
5.3.4 Datas da relação		1970-c.1983
<i>Sétima relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Yumba Meta Housing Association
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação	<i>Title</i>	President
	<i>Narrative</i>	The Yumba Meta Housing Association acquired houses in Townsville using Commonwealth funds and was responsible for renting them to black tenants. Mabo was President of the Association, 1975-80. During the period 1978-80, Mabo's presidency was contested by a group of disaffected members and evicted tenants who formed a new Board of Directors.
5.3.4 Datas da relação		1975-1980
	<i>ISO 8601</i>	1975/1980
<i>Oitava relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Australia. National Aboriginal Education Committee
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação		Committee member
	<i>Narrative</i>	The National Aboriginal Education Committee was set up to provide advice to the Minister of Education and the Department of Education on Aboriginal views on the educational needs of Aboriginal people, and to monitor existing policies and programs. Mabo became involved in this Committee through his work for the Black Community School, and was a Committee member between 1975 and 1978.
5.3.4 Datas da relação		1975-1978
	<i>ISO 8601</i>	1975/1978
<i>Nona relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Australia. Commonwealth Employment Service. Aboriginal Employment and Training Branch
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação		Employee
	<i>Title</i>	Assistant Vocational Officer
5.3.4 Datas da relação		1978-1981
	<i>ISO 8601</i>	1978/1981
<i>Décima relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	ABIS Community Cooperative Society Ltd (Townsville, Qld)
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação	<i>Title</i>	Director
	<i>Narrative</i>	The ABIS Community Cooperative Society was a Townsville-based Aboriginal and Islander cooperative housing association.
5.3.4 Datas da relação		1986-1987
	<i>ISO 8601</i>	1986/1987

<i>Décima primeira relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Moomba Festival (Melbourne, Vic.)
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação		Employee
	<i>Title</i>	Assistant Director, Aboriginal Arts
	<i>Narrative</i>	During 1986-87, Mabo participated in the Communication and Arts Management Scheme run by the Aboriginal Training and Cultural Institute. Through this Scheme he was appointed Assistant Director, Aboriginal Arts, Melbourne Moomba Festival. Mabo claimed that his efforts ensured the first-ever Aboriginal involvement in the Moomba Festival.
5.3.4 Datas da relação		1986-1987
	<i>ISO 8601</i>	1986/1987
<i>Décima segunda relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Festival of Pacific Arts (5th: 1988: Townsville, Qld)
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação	<i>Title</i>	Liaison Officer
	<i>Narrative</i>	The 5th Festival of Pacific Arts, which took place in Townsville in 1988, was the first to be held in Australia. The Festival of Pacific Arts occurs every four years and is organised under the auspices of the South Pacific Commission. The 1988 Festival received funding from the Australian Government through the Department of Arts, Heritage and the Environment. Mabo was employed by the Department of Aboriginal Affairs as Community Arts Liaison Officer for the Festival, 1987-88.
5.3.4 Datas da relação		1987-1988
	<i>ISO 8601</i>	1987/1988
<i>Décima terceira relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Australia. Dept of Aboriginal Affairs
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação		Employee
	<i>Title</i>	Liaison Officer, 5th Festival of Pacific Arts, Townsville, Qld
5.3.4 Datas da relação		1987-1988
	<i>ISO 8601</i>	1987/1988
<i>Décima quarta relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Magani Malu Kes
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação	<i>Title</i>	Vice-Chairman
	<i>Narrative</i>	Magani Malu Kes is the name for the Torres Strait Islands in the language of the Torres Strait. The organisation Magani Malu Kes was an organisation for Torres Strait Islanders, which Mabo had incorporated as a public company in 1987. Of major concern to Magani Malu Kes was the way in which Islander interests appeared to be marginalised by those of mainland Aborigines when indigenous issues were considered by governments. As a consequence, Magani Malu Kes advocated Torres Strait Islander independence from Australia.
5.3.4 Datas da relação		1987-1988
	<i>ISO 8601</i>	1987/1988
<i>Décima quinta relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Australia. High Court
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação	<i>Title</i>	Plaintiff

	<i>Narrative</i>	In 1981, at a conference on indigenous land rights in Townsville, a decision was made to pursue a native land title claim for the people of the Murray Islands in the High Court of Australia. In 1982, Mabo and four other Islander plaintiffs instituted proceedings against the State of Queensland, claiming that their islands had been continuously inhabited and exclusively possessed by their people who lived in permanent settled communities. They acknowledged that the British Crown became sovereign of the islands upon annexation, but claimed continuous enjoyment of their land rights which had not been validly extinguished by the sovereign through the granting of freehold title or land leases to others. The Queensland Government attempted to defeat the claim with the passage of the <i>Queensland Coast Islands Declaratory Act 1985</i> . In 1988, the High Court ruled this Act contrary to the Commonwealth <i>Racial Discrimination Act 1975</i> . In May 1989, the High Court remitted the land claim to the Queensland Supreme Court for hearing and determination of all issues of fact. In November 1990, Justice
		Moynihan of the Supreme Court delivered the Court's determination of the issues of fact. The case was argued for four days before the High Court in May 1991. The final decision was handed down in favour of Mabo on 3 June 1992. This decision overturned the 204-year-old legal doctrine of <i>terra nullius</i> , which held that the lands of the Australian continent were 'practically unoccupied' at the time of the proclamation of British sovereignty.
5.3.4 Datas da relação		1985-1992
	<i>ISO 8601</i>	1985/1992
<i>Décima sexta relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Murray Island Community Council
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação	<i>Narrative</i>	During the late 1980s Mabo attempted to gain election to the Murray Island [Mer] Community Council. However, because he had not lived on Mer since the late 1950s, his residential status was questioned and it was ruled that he was not eligible to nominate.
5.3.4 Datas da relação		1985-1991
	<i>ISO 8601</i>	1985/1991
<i>Décima sétima relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Australian Institute of Aboriginal Studies. Education Advisory Committee
	<i>Successor</i>	Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies. Education Advisory Committee
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação	<i>Narrative</i>	Located in Canberra, the Australian Institute of Aboriginal Studies (later the Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies) promotes and supports research into the cultures (both traditional and contemporary), languages, histories, and contemporary needs of Australia's indigenous communities. Mabo first became associated with the Institute in 1978 when, as Director of the Black Community School, he was appointed to its Education Advisory Committee.
5.3.4 Datas da relação		1978-1989
	<i>ISO 8601</i>	1978/1989
5.4 ZONA DO CONTROLO		
5.4.1 Identificador do registo de autoridade		AU 93-435878
5.4.2 Identificador da instituição		National Library of Australia
	<i>ILL Code</i>	AU NLA

5.4.3 Regras e/ou convenções		- ISAAR (CPF) – <i>International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies, Persons and Families</i> , Draft 2nd ed., Madrid: International Council on Archives, 12-15 June 2002. - <i>Anglo American Cataloguing Rules</i> 2nd rev. ed., Chicago, 1998. - ISO 8601 - <i>Data elements and interchange formats –Information interchange—Representation of dates and times</i> , 2nd ed., Geneva: International Standards Organization, 2000. - ISO 3166 - <i>Codes for the representation of names of countries</i> , Geneva: International Standards Organization, 1997. - ISO 15511 - <i>Information and documentation - International Standard Identifier for Libraries and Related Organisations (ISIL)</i> , Geneva: International Standards Organization, 2000. - ISO 639-2 - <i>Codes for the representation of names of languages - Part 2: Alpha-3 Code</i> , Geneva: International Standards Organization, 1998. - ISO 15924 - <i>Codes for the representation of names of scripts</i> , Geneva: International Standards Organization, 2001.
5.4.4 Nível de elaboração		Revised
5.4.5 Nível de detalhe		Full
5.4.6 Datas de criação, revisão ou eliminação	ISO 8601	1993-05-12; revised 2002-10-28
5.4.7 Língua(s) e escrita(s)		English
	ISO 639-1	en
	ISO 15024	latn
5.4.9 Notas de manutenção	Creator of authority record	Adrian Cunningham
6. RELAÇÕES DAS PESSOAS COLECTIVAS, PESSOAS SINGULARES E FAMÍLIAS COM A DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO E OUTROS RECURSOS		
<i>Primeiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Papers of Eddie Koiki Mabo
	<i>Unique Identifier</i>	AU NLA MS 8822
6.2 Tipos de recursos relacionados		Personal papers
6.3 Natureza das relações		Creator
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1943, 1959-1992 (bulk: 1972-1992)
<i>Segundo recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Guide to the papers of Edward Koiki Mabo in the National Library of Australia
	<i>Unique ID</i>	http://www.nla.gov.au/ms/findaids/8822.html#sd
6.2 Tipos de recursos relacionados		Finding aid
6.3 Natureza das relações		Subject
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1995
<i>Terceiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Papers of Edward Koiki Mabo [microfilm]
	<i>Unique Identifier</i>	AU NLA PRU Mfm G 27539-27549 (copying master : Manuscripts) Mfm G 27539-27549 PRU Mfm G 27539-27549 (first generation master : coldstore) Mfm G 27623
6.2 Tipos de recursos relacionados		Microfilm copy of personal papers
6.3 Natureza das relações		Creator
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1996
<i>Quarto recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Records of Brian Keon-Cohen
	<i>Unique Identifier</i>	AU NLA MS 9518
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival materials
6.3 Natureza das relações		Subject. Records relating to the Mabo case. Mabo Litigation Records emanating from both the Supreme Court of Queensland and the High Court of Australia. They comprise a Statement of Facts by the plaintiffs, wills, land transactions, court transcripts, exhibits, pleadings, applications, witness statements, submissions, correspondence, memoranda and research material. Keon-Cohen, with the assistance of an archivist engaged at the Library's expense, arranged the items into volumes in broad chronological order. An index was compiled by the archivist.
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1982-1992

<i>Quinto recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	<i>Edward Koiki Mabo : his life and struggle for land rights/</i> by Noel Loos
	<i>Unique Identifier</i>	ISBN 0702229059
6.2 Tipos de recursos relacionados		Monograph biography
6.3 Natureza das relações		Subject
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1996
<i>Sexto recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	<i>Mabo: Life of an Island Man</i>
	<i>Unique Identifier</i>	
6.2 Tipos de recursos relacionados		Videorecording
6.3 Natureza das relações		Subject
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1996

Exemplo n.º 6. Pessoa singular.**Língua: italiano, país de origem: Itália.**

Nota: este exemplo foi estabelecido a partir de um registo de autoridade do *Catalogo unico del Museo di arte moderna e contemporanea di Trento e Rovereto* (CUM), que reúne a descrição de documentação de arquivo, de obras de arte e de livros, interligados através de registos de autoridade dos seus produtores e autores. O catálogo CUM está acessível em: <http://www.mart.tn.it/>

5.1 ZONA DA IDENTIFICAÇÃO		
5.1.1 Tipo de entidade		Persona
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome		Depero, Fortunato 1892-1960
5.1.4 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras		Depero, Fortunato (RICA = Regole italiane di catalogazione per autore)
5.1.5 Outras formas do nome		De Pero, Fortunato
5.2 ZONA DA DESCRIÇÃO		
5.2.1 Datas de existência		1892 marzo 30 - 1960 novembre 29
	ISO 8601	1892/03/30-1960/11/29
5.2.2 História		<p>Nato a Fondo (Tn) nel 1892 si trasferisce giovanissimo con la famiglia a Rovereto (Tn) dove frequenta la Scuola reale Elisabetina ad indirizzo tecnico-artistico. Ritiratosi al quinto anno, nel 1908 tenta, senza successo, l'esame di ammissione all'Accademia di Belle Arti di Vienna. Nel 1910, dopo un breve tirocinio come garzone decoratore a Torino, lavora a Rovereto presso un marmista. Espone i suoi primi disegni e dipinti di matrice realistico-sociale e simbolista a Rovereto nel 1911 e nel 1913, anno in cui pubblica il libro <i>Spezzature. Impressioni – Segni - Ritmi</i>, raccolta di poesie, prose e disegni. Nel dicembre dello stesso anno si reca a Roma, presto raggiunto dalla futura moglie Rosetta Amadori; frequenta la Galleria futurista di G. Sprovieri ed entra in contatto in particolare con G. Balla, F. Cangiullo e F. T. Marinetti. Attratto nell'orbita del gruppo futurista, partecipa, nella primavera del 1914, all' "Esposizione libera futurista internazionale" tenuta presso la Galleria. Rientrato a Rovereto, nel luglio dello stesso anno inaugura a Trento la mostra "Prima esposizione di pittura futurista nel Trentino", che interrompe precipitosamente a causa dello scoppio della guerra, riuscendo ad ottenere il permesso di ripiegare in Italia. Si arruola volontario nella fanteria italiana ottenendo dopo pochi mesi l'esonero. Tornato a Roma, viene ufficialmente ammesso nel gruppo degli artisti futuristi tra la fine del 1914 e gli inizi del 1915; nel marzo sottoscrive con Balla il manifesto <i>Ricostruzione futurista dell'universo</i>, che propone la fusione di tutte le arti e una maggiore relazione tra arte e vita. In linea con tali teorie, la sua produzione artistica spazia, fin da questi anni, dalla pittura, al disegno, al collage, alle composizioni plastiche, alle liriche "onomalinguistiche". Negli stessi anni è pure impegnato nella coreografia teatrale con lo spettacolo <i>Mimismagia</i> e riceve dall'impresario dei balletti russi, S. Diaghilev, la commissione per le scenografie e i costumi dei balletti - poi non realizzati - de <i>Le chant du rossignol</i> su musica di I. Strawinsky e de <i>Il Giardino zoologico</i> di F. Cangiullo, musicato da M. Ravel. In collaborazione con il poeta G. Clavel - per il quale illustra il libro <i>Un istituto per suicidi</i> - presenta a Roma nell'aprile del 1918 lo spettacolo di marionette, da lui ideato, <i>Balli plastici</i>, su musiche di G. F. Malipiero, Tyrwhitt, A. Casella e B. Bartok.</p> <p>Mentre continua la sua attività espositiva, nel giugno del 1919, rientra a Rovereto ed inaugura la "Casa d'Arte futurista Depero", bottega artigianale, attiva nel settore dell'arte applicata, che prevede la produzione di arazzi, tarsie, collages, cartelli pubblicitari, oggetti d'arte, d'arredamento e giocattoli.</p> <p>Negli anni 1921 - 1922 realizza l'allestimento interno del locale d'avanguardia "Cabaret del Diavolo" di Roma. Nel gennaio dell'anno successivo presenta al teatro Trianon di Milano il suo balletto meccanico <i>Anihccam del 3000</i>, con successive repliche in diverse città italiane.</p>

		<p>Nel 1927 edita, in collaborazione con l'amico F. Azari, il libro <i>Depero futurista</i> - noto come "libro imbullonato" per via della singolare legatura - che presenta, con una originalissima veste tipografica, l'attività dell'autore dal 1913 al 1927 e la sua concezione culturale. Impegnato anche nel settore della grafica pubblicitaria, Depero lavora per prestigiose ditte tra cui Bianchi, Strega, Campari.</p> <p>Dal settembre del 1928 all'autunno del 1930 è a New York: oltre all'attività espositiva, si dedica all'allestimento di balletti teatrali e all'illustrazione pubblicitaria, con la realizzazione di copertine di riviste, come <i>Vogue</i> e <i>Vanity Fair</i>. Mantiene nel frattempo il contatto con i futuristi, sottoscrivendo il manifesto <i>L'aeropittura futurista</i>.</p> <p>Rientrato in Italia, a suggello del suo impegno nel campo della pubblicità, pubblica nel 1932 il "Manifesto dell'arte pubblicitaria futurista". Nel 1933 dirige da Rovereto la rivista <i>Dinamo futurista</i>, edita dal febbraio al giugno dello stesso anno. Nel 1934 pubblica il volume <i>Liriche radiofoniche</i>. Nella seconda metà degli anni Trenta Depero collabora con l'Ente nazionale delle industrie turistiche (E.N.I.T) alla realizzazione delle campagne pubblicitarie per propagandare le bellezze d'Italia nei paesi europei. Negli stessi anni si impegna attivamente all'interno del Dopolavoro artisti di Rovereto e per una decina di mesi è segretario del Sindacato interprovinciale della Confederazione fascista dei professionisti e artisti della Provincia di Trento (1936-1937). Sperimenta inoltre un materiale innovativo, il "buxus", con il quale realizza oggetti d'arredamento ed intarsi, ed elabora, negli stessi anni, il volume autocelebrativo <i>Fortunato Depero nelle opere e nella vita</i>, pubblicato nel 1940.</p> <p>Nel 1947, dopo la pubblicazione del volume in inglese <i>So I think - So I paint</i>, torna per due anni negli Stati Uniti (New York e New Milford), senza ottenere peraltro il successo sperato.</p> <p>Dal 1949 si stabilisce definitivamente a Rovereto. Continua la sua elaborazione teorica con il <i>Manifesto della pittura e plastica nucleare</i> (1949), mentre inizia - probabilmente in questi anni - l'opera minuziosa di rivisitazione della propria vita d'artista.</p> <p>Dal 1953 al 1956 realizza la decorazione e l'arredamento della sala del Consiglio provinciale a Trento.</p> <p>Nel 1959, un anno prima della morte avvenuta a Rovereto, inaugura nella stessa città, in collaborazione con l'Amministrazione comunale, la "Galleria - Museo Depero", primo esempio di museo futurista in Italia.</p> <p>Copiosa la sua attività espositiva, tra cui si segnala la partecipazione alla mostra collettiva d'avanguardia al Kursaal di Viareggio (1918); la personale alla Galleria Bragaglia di Roma e la partecipazione alla Grande esposizione nazionale futurista di Milano (1919); la personale "Depero e la sua Casa d'arte" tenuta a Milano alla Galleria Moretti e ripresentata a Roma alla Galleria Bragaglia (1921); la partecipazione alla I Mostra internazionale delle arti decorative di Monza (1923), all'Esposizione internazionale di arti decorative di Parigi, seguita dalla personale al Théâtre des Champs Elysées (1925); la partecipazione alla Prima mostra del Novecento italiano di Milano (1926), all'Esposizione di arte italiana presentata a New York, Chicago, Washington e Boston (1926), alla Biennale di Venezia (1926, 1932, 1950), alla Quadriennale di Roma (1931; 1955), alla Triennale di Milano (1932; 1950), alla mostra "Futurismo e pittura metafisica" al Kunsthhaus di Zurigo (1950).</p>
5.2.3 Lugares		<p>Nato a Fondo, in Valle di Non (Tn), morto a Rovereto (Tn).</p> <p>Nel 1892, giovanissimo si trasferisce con la famiglia a Rovereto (Tn), dove risiede principalmente fino al 1913. Dalla fine del 1913 e per gli anni di guerra vive a Roma, ad eccezione del breve soggiorno a Capri nel 1917, ospite del poeta G. Clavel, e di quello a Viareggio nel 1918. Dal primo dopoguerra torna a risiedere principalmente in Trentino, pur spostandosi spesso per motivi professionali. Dal settembre del 1928 all'autunno del 1930 vive a New York. Durante gli anni del secondo conflitto mondiale si ritira a Serrada, luogo montano nei dintorni di Rovereto. Dal 1947 al 1949 torna negli U.S.A., dove risiede a New York e a New Milford nel Connecticut; al ritorno si stabilisce definitivamente a Rovereto fino alla morte (1960).</p>
5.2.5 Funções, ocupações e actividades		Pittore, scenografo, grafico pubblicitario, designer, scrittore, poeta.
5.2.8 Contexto geral		<p>Il Trentino dei primi decenni del XX secolo fa parte dell'Impero austro-ungarico e costituisce la propaggine meridionale della Contea principesca del Tirolo. L'Impero è caratterizzato, tra le altre cose, dalla multietnicità e da forti spinte autonomiste, contenute da una linea politica prevalentemente reazionaria e tradizionalista. Così come altri uomini di cultura, sudditi austriaci di lingua italiana, Depero è attratto da fermenti irredentisti e, in particolare, dall'ambiente artistico-culturale dell'avanguardia futurista italiana. Fin dai primi anni del secondo decennio del secolo, si lega al vivace gruppo dei primi futuristi, sposandone tutta la carica dirompente di rottura con la tradizione e con il passato. Nel primo dopoguerra, dopo l'annessione del Tirolo meridionale all'Italia, continua la sua</p>

		adesione al futurismo. La sua base logistica torna ad essere Rovereto e il Trentino, con frequenti missioni fuori provincia per motivi professionali. Accetta il fascismo (è autore di <i>A passo romano. Lirismo fascista e guerriero programmatico e costruttivo</i> . Trento, 1943; aderisce alle associazioni locali di categoria degli artisti).
		Nei primi anni del secondo dopoguerra sconta l'automatica associazione futurismo-fascismo. A partire dai primi anni Cinquanta partecipa in prima persona al recupero e alla rivisitazione del futurismo, preoccupato di fornire una corretta lettura della sua opera e immagine storica.
5.3 ZONA DAS RELAÇÕES		
Prima relazione		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizzata del nome</i>	Mazzoni, Angiolo, 1894 – 1979
	<i>Codice identificativo</i>	IT MART FP 9
5.3.2 Tipo de relação		Associativa
5.3.3 Descrição da relação	<i>Definizione della relazione</i>	Collega (architetto) di ambito futurista.
	<i>Descrizione</i>	A. Mazzoni aderisce nel 1933 al movimento futurista e nell'anno successivo sottoscrive il <i>Manifesto futurista dell'architettura aerea</i> accanto a F.T. Marinetti e a M. Somenzi, con il quale è condirettore fino al 1935 della rivista d'architettura futurista <i>Sant'Elia</i> . La sua posizione professionale di funzionario del Servizio lavori e costruzioni della Direzione generale delle Ferrovie dello Stato permette agli artisti futuristi (Benedetta Marinetti, Fillia, Tato, Prampolini, Depero,...) di ottenere in questi anni incarichi di collaborazione alla decorazione di edifici postali e ferroviari. Il rapporto con Depero si concretizza professionalmente negli anni 1933-1934 con la realizzazione di tre vetrate per il Palazzo delle Poste e Telegrafi di Trento e con il progetto, poi non realizzato, di un mosaico per la Stazione ferroviaria di Reggio Emilia (1935). Se la convergenza di Mazzoni con il movimento futurista può dirsi conclusa con la fine degli anni Trenta, egli rivaluterà in tarda età questa militanza e il rapporto con F. Depero, donando, alla fine anni Settanta, il proprio archivio alla Galleria Museo Depero di Rovereto, ente voluto dall'artista trentino per la conservazione e valorizzazione della sua memoria.
5.3.4 Datas da relação		1932-1936 ca.
Seconda Relazione		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Forma autorizzata del nome</i>	Galleria Museo Depero, 1957 - 1987
	<i>Codice identificativo</i>	IT MART FE 10
5.3.2 Tipo de relação		Associativa
5.3.3 Descrição da relação	<i>Definizione della relazione</i>	Fondatore
	<i>Descrizione</i>	Fortunato Depero, in collaborazione con il Comune di Rovereto, istituisce nella stessa città la Galleria Museo Depero, ente destinato alla conservazione e valorizzazione della sua opera artistica e documentaria in relazione alla sua adesione al movimento futurista. Dopo la morte dell'artista nel 1960, il Comune, donatario del patrimonio, continuò a gestire l'istituzione, fino al passaggio di competenze nel 1989 al Museo di arte moderna e contemporanea di Trento e Rovereto.
5.3.4 Datas da relação		1957 -1960
5.4 ZONA DO CONTROLO		
5.4.1 Identificador do registo de autoridade		IT MART FP 7
5.4.2 Identificador da instituição		Museo di arte moderna e contemporanea di Trento e Rovereto (Tn), Italia
	<i>Codice identificativo</i>	IT MART
5.4.3 Regras e/ou convenções		<ul style="list-style-type: none"> - ISAAR (CPF) – <i>International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies, Persons and Families</i>, Second Edition, Canberra, Australia, 27-30 October 2003; - ISO 8601 - <i>Data elements and interchange formats – Information interchange—Representation of dates and times</i>, 2nd ed., Geneva: International Standards Organization, 2000; - RICA (Regole italiane di catalogazione per autore); - <i>Norme per i collaboratori [delle pubblicazioni degli archivi di Stato]</i>, Roma, Ministero per i beni culturali e ambientali. Ufficio centrale per i beni archivistici, 1992
5.4.4 Nível de elaboração		Versione finale

5.4.5 Nível de elaboração		Completo
5.4.6 Datas de criação, revisão ou eliminação		2002/08/30 (prima redazione) 2003/12/20 (ultima revisione)
5.4.7 Língua(s) e escrita(s)	ISO 8601	Italiano
5.4.8 Fontes	<i>Bibliografia</i>	<ul style="list-style-type: none"> - G. Belli - G. Marzari, <i>Artisti del '900. Protagonisti di Rovereto</i>, Rovereto, Longo Editore, 1991, pp. 40-41; - N. Boschiero, <i>Artisti trentini tra le due guerre</i>, in(a cura di) <i>L'arte riscoperta: opere delle collezioni civiche di Rovereto e dell'Accademia roveretana degli Agiati dal Rinascimento al Novecento</i>, a cura E. Chini, E, Mich, P. Pizzamano, Rovereto, Museo civico, 2000, pp. 94-111; - <i>Depero</i>, a cura di M. Fagiolo Dell'Arco, Milano, Electa, 1989; - <i>La Casa del Mago. Le arti applicate nell'opera di Fortunato Depero 1920 – 1942, Catalogo della mostra, Rovereto, Archivio del '900, 12 dicembre 1992- 30 maggio 1993</i>, a cura di G Belli, Milano, Charta, 1992, pp. 533-535; - P. Ortoleva, M. Revelli, <i>Storia dell'età contemporanea</i>, Milano, Bruno Mondadori, 1993, pp. 140-145; - B. Passamani, <i>Fortunato Depero</i>, Comune di Rovereto. Musei civici. Galleria Museo Depero, 1981, pp. 367-375; - M. Scudiero, <i>Depero Fortunato</i>, in <i>Il Dizionario del Futurismo</i>, a cura di E. Godoli, Firenze, Vallecchi, 2001, pp. 371-375
	<i>Fonti archivistiche</i>	Museo di arte moderna contemporanea di Trento e Rovereto, <i>Fondo Fortunato Depero (1894-1960)</i>
5.4.9 Notas de manutenção	<i>Nome del compilatore del record</i>	Stefania Donati
6. RELAZIONI DAS PESSOAS COLECTIVAS, PESSOAS SINGULARES E FAMÍLIAS COM A DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO E OUTROS RECURSOS		
<i>Primeiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Denominazione</i>	<i>Fondo Fortunato Depero</i>
	<i>Codice identificativo</i>	IT MART Dep.
6.2 Tipos de recursos relacionados		Fondo archivistico
6.3 Natureza das relações		Soggetto produttore
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1894-1960
<i>Segundo recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Denominazione</i>	<i>Fondo Biblioteca Museo Depero</i>
	<i>Codice identificativo</i>	IT MART q – MD
6.2 Tipos de recursos relacionados		Raccolta libraria
6.3 Natureza das relações		Creatore della raccolta
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1910 – 1960
<i>Terceiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Denominazione</i>	Collezione Fortunato Depero (Mart: Polo culturale e Galleria Museo Depero, Rovereto (Tn)).
	<i>Codice identificativo</i>	ITA MART, Coll Dep
6.2 Tipos de recursos relacionados		Collezione d'arte
6.3 Natureza das relações		Creatore della collezione
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1911 – 1959
<i>Quarto recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Titolo</i>	Cartellone per "balli plastici"
	<i>Codice identificativo</i>	IT MART, Coll Dep MD 0180-B
6.2 Tipos de recursos relacionados		Dipinto (olio)
6.3 Natureza das relações		Autore
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1918
<i>Quinto recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Titolo</i>	<i>Depero futurista</i> , Milano, Dinamo Azari, 1927
	<i>Codice identificativo</i>	q – B. VI DEP 1

6.2 Tipos de recursos relacionados		Monografia
6.3 Natureza das relações		Autore
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1927
<i>Sexto recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Título</i>	<i>Fortunato Depero nelle opere e nella vita</i> , Trento, TEMI, 1940
	<i>Codice identificativo</i>	q – AR VI FOR 1
6.2 Tipos de recursos relacionados		Monografia
6.3 Natureza das relações		Autore
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1940
<i>Sétimo recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Título</i>	<i>La Casa del Mago. Le arti applicate nell'opera di Fortunato Depero 1920 – 1942. Catalogo della mostra, Rovereto, Archivio del '900, 12 dicembre 1992- 30 maggio 1993</i> , a cura di G Belli, Milano, Charta, 1992
	<i>Codice identificativo</i>	AR IV MART 92/5a
6.2 Tipos de recursos relacionados		Catalogo
6.3 Natureza das relações		Soggetto
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1992
<i>Oitavo recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Título</i>	B. Passamani, <i>Fortunato Depero</i> , Comune di Rovereto. Musei civici. Galleria Museo Depero, 1981
	<i>Codice identificativo</i>	q – AR IV MART 1981/5
6.2 Tipos de recursos relacionados		Monografia
6.3 Natureza das relações		Soggetto
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1981

Exemplo n° 7. Pessoa singular.
Língua: sueco, país de origem: Suécia.

Nota : este exemplo foi estabelecido a partir de um registo de autoridade do sistema ARKIS II. Acrescentou-se, entre parênteses, a tradução inglesa de certos termos.

Este documento contém ligações com a base de dados nacional dos Arquivos da Suécia, acessível no seguinte endereço : <http://www.nad.ra.se/>

5.1 ZONA DA IDENTIFICAÇÃO		
5.1.1 Tipo de entidade		Person
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome		Oxenstierna, Axel (av Södermöre)
5.1.5 Outras formas do nome		Oxenstiern, Axelius
		Oxenstierna, Axel (av Eka och Lindö) -- 1645
		Oxenstierna, Axel Gustafsson
5.2 ZONA DA DESCRIÇÃO		
5.2.1 Datas de existência	<i>Date of birth</i>	1583
	<i>Date of death</i>	1654
5.2.2 História		1599--1603 studieresor till tyska universitet
		1604 - i Hertig Karls/Karl IX:s tjänst
		1608- gift med Anna Åkesdotter Bååt (1579—1649)
		1609- Riksråd
		1612- Rikskansler
		1626-1636 generalguvernör i Preussen
		1632 generalguvernör i de rhenska, frankiska, schwabiska och burgundiska kretsarna
		1633 legat i tysk-romerska riket
		1633 Heilbronnförbundets direktor
5.2.5 Funções, ocupações e actividades	<i>Thesaurus code</i>	3200000
	<i>Thesaurus term</i>	Samhällsadministrativt arbete [civil servant]
	<i>Specification</i>	Rikskansler [Chancellor]
5.3 ZONA DAS RELAÇÕES		
<i>Primeira Relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Name</i>	Oxenstierna, Gustaf Gabrielsson (av Eka och Lindö)
	<i>Authority record identifier</i>	SE/RA/8370
5.3.2 Tipo de relação		Släktrelation [Family]
5.3.3 Descrição da relação		Förälder [Parent]
<i>Segunda relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Name</i>	Bielke, Barbro Axelsdotter
	<i>Authority record identifier</i>	SE/RA/5857
5.3.2 Tipo de relação		Släktrelation [Family]
5.3.3 Descrição da relação		Förälder [Parent]
5.4 ZONA DO CONTROLO		
5.4.1 Identificador do registo de autoridade		SE/RA/5727
5.4.2 Identificador da instituição		SE/RA
		Riksarkivet
5.4.3 Regras e/ou convenções		NAD2 [Data Dictionary for the National Archival Database 2. ed.]
5.4.4 Nível de elaboração		Preliminary
5.4.6 Datas de criação, revisão ou eliminação	<i>Created</i>	1993-09-30
	<i>Revisions</i>	2002-09-26
		2002-10-31
		2002-12-10
5.4.7 Língua(s) e escrita(s)	<i>Language code</i>	Swe
	<i>Script code</i>	Latn

5.4.8 Fontes		Nationalencyklopedien; Svenskt biografiskt lexikon, vol. 28 (1992–1994)
6. RELAÇÕES DAS PESSOAS COLECTIVAS, PESSOAS SINGULARES E FAMÍLIAS COM A DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO E OUTROS RECURSOS		
<i>Primeiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados		Oxenstiernska samlingen. Axel Oxenstierna SE/RA/720701/II/01
6.2 Tipos de recursos relacionados		Arkiv [Archival material/fonds]
6.3 Natureza das relações		Arkivbildare: [Creator (main entry)]
<i>Segundo recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Tidöarkivet. Axel Oxenstiernas personliga handlingar
	<i>Reference code</i>	SE/RA/720859/02/02
6.2 Tipos de recursos relacionados		Arkiv [Archival material/fonds]
6.3 Natureza das relações		Ingående arkivbildare: [Creator (added entry)]
<i>Terceiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Oxenstiernaprojektet
	<i>URL</i>	http://www.ra.se/ra/Oxenstierna/oxenstierna1.html
6.2 Tipos de recursos relacionados		Webbsida [Web site]
6.3 Natureza das relações		Upphovsman [Author]

Exemplo n.º 8. Pessoa singular.
Língua: alemão, país de origem: Alemanha.

Nota : este exemplo foi estabelecido a partir de um registo de autoridade do sistema " Zentrale Datenbank Nachlaesse ", alimentado pelo Bundesarchiv, acessível no seguinte endereço:
<http://www.bundesarchiv.de/bestaende/nachlaesse/struktur.php>.²⁰

5.1 ZONA DA IDENTIFICAÇÃO		
5.1.1 Tipo de entidade		Person
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome		Brecht, Arnold
5.1.5 Outras formas do nome		Not known
5.2 ZONA DA DESCRIÇÃO		
5.2.1 Datas de existência	<i>Date of birth</i>	1884
	<i>Date of death</i>	1977
5.2.2 História		1918 Geheimer Regierungsrat im Reichsjustizministerium, 1921-1927 Ministerialdirektor im Reichsministerium des Innern, 1928-1933 Vizepräsident der Reichsschuldenverwaltung, Mitglied des Verfassungsausschusses der Länderkonferenzen, 1932 Vertreter Preußens vor dem Staatsgerichtshof, 1933-1953 Professor für Staatswissenschaften an der New School for Social Research New York.
5.2.3 Lugares		Germany, United States of America
5.2.4 Estatuto legal		
5.2.5 Funções, ocupações e actividades	1st	Lawyer
	2nd	Civil servant
	3rd	Professor for Public policy
5.3 ZONA DAS RELAÇÕES		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Name</i>	University of New York at Albany M.E. Grenander Department of Special Collections and Archives - The German Interlectual Émigré Collection. - http://library.albany.edu/speccoll/findaids/ger024.htm
	<i>Authority record identifier</i>	GER 024
5.3.2 Tipo de relação		Associative
5.3.3 Descrição da relação		Academic
5.4 ZONA DO CONTROLO		
5.4.1 Identificador do registo de autoridade		DE N 1089
5.4.2 Identificador da instituição		DE/ BArch
		Bundesarchiv
5.4.3 Regras e/ou convenções		Erfassungsschema nach: Mommsen, Wolfgang A: Die Nachlässe in deutschen Archiven, Boppard 1983
5.4.4 Nível de elaboração		Preliminary
5.4.6 Datas de criação, revisão ou eliminação	<i>Created</i>	2002 – 31 – 12
	<i>Revisions</i>	2003 – 15 – 01
5.4.7 Língua(s) e escrita(s)	<i>Language code</i>	German
	<i>Script code</i>	Latin
5.4.8 Fontes		Internationales Biographisches Archiv 50/1977 vom 5. Dezember 1977
6. RELAÇÕES DAS PESSOAS COLECTIVAS, PESSOAS SINGULARES E FAMÍLIAS COM A DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO E OUTROS RECURSOS		
6.1 Identificadores e títulos dos		Nachlass Arnold Brecht

²⁰ Tendo em consideração que a documentação pessoal de Arnold Brecht é conservada parte na América do Norte e parte na Alemanha, o texto deste registo de autoridade está redigido tanto em alemão como em inglês. Este exemplo ilustra o contexto de utilização e uma abordagem funcional para o desenvolvimento de registos de autoridade num ambiente arquivístico internacional. Arnold Brechts Teilnachlässe finden sich in Deutschland und Nordamerika. Zur Illustration der Funktion und Herstellung der Kontextbezüge von archivischen Normdateien wurden die Feldinformationen in diesem Beispiel in Deutsch und Englisch vergeben.

recursos relacionados		DE/Barch/ NL 89
6.2 Tipos de recursos relacionados		Echter Nachlass [Archival materials/fonds]
6.3 Natureza das relações		Provenienzstelle [Creator]

Exemplo n.º 9. Pessoa singular.
Língua: inglês, país de origem: USA.

5.1 ZONA DA IDENTIFICAÇÃO		
5.1.1 Tipo de entidade		Person
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome		Humphrey, Hubert H. (Hubert Horatio), 1911-1978
5.1.4 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras		Humphrey, Hubert Horatio, 1911-1978 (pre-AACR form)
5.2 ZONA DA DESCRIÇÃO		
5.2.1 Datas de existência		
	<i>Dates ISO 8601</i>	1911-05-27/1978-01-13
5.2.2 História		<p>Hubert H. Humphrey was born in Wallace, South Dakota, on May 27, 1911. He left South Dakota to attend the University of Minnesota but returned to South Dakota to help manage his father's drug store early in the depression. He attended the Capitol College of Pharmacy in Denver, Colorado, and became a register pharmacist in 1933. On September 3, 1936, Humphrey married Muriel Fay Buck. He returned to the University of Minnesota and earned a B.A. degree in 1939. In 1940 he earned an M.A. in political science from Louisiana State University and returned to Minneapolis to teach and pursue further graduate study, he began working for the W.P.A. (Works Progress Administration). He moved on from there to a series of positions with wartime agencies. In 1943, he ran unsuccessfully for Mayor of Minneapolis and returned to teaching as a visiting professor at Macalester College in St. Paul. Between 1943 and 1945 Humphrey worked at a variety of jobs. In 1945, he was elected Mayor of Minneapolis and served until 1948. In 1948, at the Democratic National Convention, he gained national attention when he delivered a stirring speech in favor of a strong civil rights plank in the party's platform. In November of 1948, Humphrey was elected to the United States Senate. He served as the Senate Democratic Whip from 1961 to 1964.</p> <p>In 1964, at the Democratic National Convention, President Lyndon B. Johnson asked the convention to select Humphrey as the Vice Presidential nominee. The ticket was elected in November in a Democratic landslide. In 1968, Humphrey was the Democratic Party's candidate for President, but he was defeated narrowly by Richard M. Nixon. After the defeat, Humphrey returned to Minnesota to teach at the University of Minnesota and Macalester College. He returned to the U.S. Senate in 1971, and he won re-election in 1976. He died January 13, 1978 of cancer.</p>
5.2.3 Lugares		Born: Wallace, South Dakota Lived: Minneapolis and St. Paul, Minnesota; Washington, DC
5.2.5 Funções, ocupações e actividades		Registered pharmacist University professor Mayor of Minneapolis, Minnesota U.S. Senator Vice President of the United States
5.2.7 Estruturas internas / Genealogia		Married to Muriel Fay Buck Humphrey
5.3 ZONA DAS RELAÇÕES		
<i>Primeira relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Brown, Muriel Buck Humphrey US LC 02-83312367
	<i>Other form of name</i>	
5.3.2 Tipo de relação		Family
5.3.3 Descrição da relação		Wife of Hubert Humphrey. Muriel Humphrey was appointed by the Governor of Minnesota to the United States Senate, January 25, 1978, to fill the vacancy caused by the death of her husband. She served from January 15, 1978 to November 7, 1978.
5.3.4 Datas da relação		1936/1978-01-13
<i>Segunda relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Humphrey, Hubert H., 1942- US LC 02-86828402
	<i>Other form of name</i>	Humphrey, Hubert H. III
5.3.2 Tipo de relação		Family

5.3.3 Descrição da relação	<i>Title</i>	Son of Vice President Hubert H. Humphrey.
	<i>Narrative</i>	
5.3.4 Datas da relação		
	<i>Dates ISO 8601</i>	1942/1978-01-1
5.4 ZONA DO CONTROLO		
5.4.1 Identificador do registo de autoridade		US DLC 02-79026910
5.4.2 Identificador da instituição		U.S. Library of Congress US DLC
5.4.3 Regras e/ou convenções		Anglo-American Cataloguing Rules, second edition, revised
5.4.4 Nível de elaboração		Final
5.4.5 Nível de detalhe		Full
5.4.6 Datas de criação, revisão ou eliminação		2000-04-13
5.4.7 Língua(s) e escrita(s)		English
5.4.8 Fontes		Centennial of the Territory of Minn., 1949
6. RELAÇÕES DAS PESSOAS COLECTIVAS, PESSOAS SINGULARES E FAMÍLIAS COM A DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO E OUTROS RECURSOS		
<i>Primeiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Hubert H. Humphrey papers
	<i>Unique Identifier</i>	US Mnhi Alpha: Humphrey
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival materials- Collection of personal papers
6.3 Natureza das relações		Creator
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1919/1978
<i>Segundo recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Hubert H. Humphrey papers: a summary guide, including the papers of Muriel Buck Humphrey Brown.
	<i>Unique Identifier</i>	St. Paul, Minnesota. Minnesota Historical Society, 1983.
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival finding aid to personal papers
6.3 Natureza das relações		subject
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1919/1978
<i>Terceiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Hubert H. Humphrey Biography
	<i>Unique Identifier</i>	http://gi.grolier.com/presidents/ea/vp/vphumph.html
6.2 Tipos de recursos relacionados		Biography
6.3 Natureza das relações		Subject
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		2000

Exemplo n° 10. Família.**Língua: inglês, país de origem: Reino Unido.**

5.1 ZONA DA IDENTIFICAÇÃO		
5.1.1 Tipo de entidade		Family
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome		Noel family, Earls of Gainsborough
5.1.5 Outras formas do nome		Noel family, Barons Noel Noel family, Barons Barham Noel family, Viscounts Campden Noel family, baronets, of Barham Court
5.2 ZONA DA DESCRIÇÃO		
5.2.1 Datas de existência		12 th – 20 th century
5.2.2 História		<p>The Noel family was established in Staffordshire in the Middle Ages: Andrew Noel (d1563), third son of James Noel of Hidcote (Staffordshire) acquired property in Rutland and Leicestershire and founded the branch of the Noel family from which the Earls of Gainsborough descended. Estates in other counties (mainly Gloucestershire, Hampshire, Kent and Middlesex) were subsequently acquired through purchase, inheritance and marriage.</p> <p>The family's principal seat was Exton Hall (Rutland). After Exton Hall was severely damaged by fire in 1810 Barham Court near Maidstone (Kent) became the main residence until the sale of the Kent estate in 1845-6 but a new house at Exton was completed in the early 1850s. Campden House in Chipping Campden (Gloucestershire), inherited from Baptist Hicks, Viscount Campden (d 1629), was destroyed in the Civil War while Campden House (Kensington) was sold in 1708. The family of Gerard Noel Edwards, who inherited the Noel family estates in 1798 and took the surname Noel, had resided at Welham Grove in Welham (Leicestershire) but this was sold by 1840.</p> <p>Andrew Noel (d1563) acquired Old Dalby (Leicestershire, sold 1617) and Brooke (Rutland). His grandson Sir Edward Noel (d 1643) bought the former Harington family estate of Ridlington (Rutland) and was created Baron Noel in 1617. He married a co-heir of Baptist Hicks (Viscount Campden, d 1629), through whom came the property in Rutland (Exton and Whitwell), Gloucestershire (Chipping Campden), Middlesex (Hampstead, sold 1707) and Campden House (Kensington, sold 1708), and succeeded his father-in-law as second Viscount Campden. Valle Crucis (Denbighshire) was acquired through the marriage of the third Viscount Campden (1612-82) and Hester, daughter of the second Baron Wotton, but was sold in 1663 to Sir John Wynn, fifth Bt. The fourth Viscount Campden (1641-89, created Earl of Gainsborough 1682) married in 1661 Elizabeth Wriothesley, elder daughter of the fourth Earl of Southampton, through whom came the Titchfield (Hampshire) estate, but on the second Earl of Gainsborough's death in 1690 this estate passed to his daughters (who married respectively the first Duke of Portland and the second Duke of Beaufort). The Rutland and Gloucestershire estates, with the earldom of Gainsborough, however, were inherited by the second Earl's cousin Baptist Noel of North Luffenham and Cottesmore (both Rutland). Property at Walcot (Northamptonshire), Castle Bytham (Lincolnshire) and Kinnoulton (Nottinghamshire) was inherited by the sixth Earl of Gainsborough from a cousin, Thomas Noel of Walcot (d 1788). On the sixth Earl's death in 1798 his estates were divided, the Walcot properties passing to CH Nevile, who took the name Noel, and the Rutland and Gloucestershire estates passing to Gerard Noel Edwards (1759-1838), later Sir GN Noel, second Bt, son of GA Edwards (d 1773) of Welham Grove (Leicestershire) by Jane Noel (d 1811), sister of the fifth and sixth Earls. GN Edwards had inherited from his father various properties in Leicestershire (Welham, etc), London and Middlesex (Islington, Kensington, etc), Kent (Dartford, etc) and Ireland, but these were all sold between 1805 and 1840. GN Edwards had married in 1780 Diana, daughter of Charles Middleton (1726-1813), first Baron Barham, who succeeded her father in the barony and the Barham Court estate near Maidstone (Kent). On her death in 1823 she was in turn succeeded in the Barham Court estate and peerage title by her son Charles Noel (d 1866), who inherited the Rutland (Exton, etc) and Gloucestershire (Chipping Campden) estates of his father in 1838 and was created Earl of Gainsborough in 1841. The remaining Kent property was, however, sold by 1845-46.</p>
5.2.3 Lugares		Estates in 1883: Rutland 15,076 acres, Gloucestershire 3,170 acres, Leicestershire 159 acres, Lincolnshire 89 acres, Warwickshire 68 acres, Northamptonshire 6 acres; total 18,568 acres worth £28,991 a year.

5.2.5 Funções, ocupações e actividades		Estate ownership; social, political and cultural role typical of the landed aristocracy in England. The first Viscount Campden amassed a large fortune in trade in London and purchased extensive estates, including Exton (Rutland) and Chipping Campden (Gloucestershire). The Barham Court (Kent) estate was the acquisition of the first Baron Barham, a successful admiral and naval administrator (First Lord of the Admiralty 1805).
5.2.7 Genealogia		Sir Edward Noel (d 1643) married Julian, daughter and co-heir of Baptists Hicks (d 1629), Viscount Campden, and succeeded to the viscounty of Campden and a portion of his father-in-law's estates. The third Viscount Campden (1612-82) married Hester Wotton, daughter of the second Baron Wotton. The fourth Viscount Campden (1641-89, created Earl of Gainsborough 1682) married Elizabeth Wriothesley, elder daughter of the fourth Earl of Southampton. Jane Noel (d 1811), sister of the fifth and sixth Earls of Gainsborough, married Gerard Anne Edwards of Welham Grove (Leicestershire) and had issue Gerard Noel Edwards (1759-1838). He married in 1780 Diana Middleton (1762-1823) <i>suo jure</i> Baroness Barham), daughter of Charles Middleton (1726-1813), created first Baronet of Barham Court (Kent) in 1781 and first Baron Barham in 1805. GN Edwards assumed the surname Noel in 1798 on inheriting the sixth Earl of Gainsborough's Rutland and Gloucestershire estates (though not the Earl's honours, which were extinguished); and he later inherited his father-in-law's baronetcy. His eldest son John Noel (1781-1866) succeeded to the estates of his mother and his father, to his mother's barony and his father's baronetcy, and was created Viscount Campden and Earl of Gainsborough in 1841.
5.3 ZONA DAS RELAÇÕES		
<i>Primeira relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Harington family, Barons Harington Family
	<i>Identifier</i>	GB/NNAF/F10219
5.3.2 Tipo de relação		Family
5.3.3 Descrição da relação		Predecessor in the Ridlington (Rutland) estate
5.3.4 Datas da relação		Early 17 th century
<i>Segunda relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Wotton family, Barons Wotton
	<i>Identifier</i>	GB/NNAF/F10218
5.3.2 Tipo de relação		Family
5.3.3 Descrição da relação		Third Viscount Campden married Hester, daughter of second Baron Wotton
5.3.4 Datas da relação		Mid 17 th century
<i>Terceira relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Bentinck, Cavendish- family, Dukes of Portland
	<i>Identifier</i>	GB/NNAF/F9541
5.3.2 Tipo de relação		Family
5.3.3 Descrição da relação		A daughter of second Earl of Gainsborough married the first Duke of Portland
5.3.4 Datas da relação		Late 17 th century
<i>Quarta relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Somerset family, Dukes of Beaufort
	<i>Identifier</i>	GB/NNAF/F3483
5.3.2 Tipo de relação		Family
5.3.3 Descrição da relação		The second Duke of Beaufort married Rachel daughter and coheir of the second Earl of Gainsborough in 1706
5.3.4 Datas da relação		1706
<i>Quinta relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i>	Wriothesley family, Earls of Southampton
	<i>Identifier</i>	GB/NNAF/F2938
5.3.2 Tipo de relação		Family

5.3.3 Descrição da relação		Elizabeth, daughter of the fourth Earl of Southampton married the first Earl of Gainsborough in 1661
5.3.4 Datas da relação		Late 17 th century
<i>Sexta relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i> <i>Identifier</i>	Noel family of Walcot GB/NNAF/F10217
5.3.2 Tipo de relação		Family
5.3.3 Descrição da relação		The sixth Earl of Gainsborough inherited the Walcot (Northamptonshire) estates of his cousin Thomas Noel in 1788
5.3.4 Datas da relação		1788
<i>Sétima relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	<i>Authorized form of name</i> <i>Identifier</i>	Edwards family of Welham GB/NNAF/F7310
5.3.2 Tipo de relação		Family
5.3.3 Descrição da relação		GN Edwards inherited the Noel estates in 1798 and took the surname Noel
5.3.4 Datas da relação		1798
5.4 ZONA DO CONTROLO		
5.4.1 Identificador do registo de autoridade		GB/NNAF/F10216
5.4.2 Identificador da instituição		Historical Manuscripts Commission
5.4.3 Regras e/ou convenções		National Council on Archives <i>Rules for the Construction of Personal Place and Corporate Names</i> , 1997
5.4.4 Nível de elaboração		Finalised
5.4.5 Level of detail		Full
5.4.6 Datas de criação, revisão ou eliminação		30 November 2000
5.4.7 Língua(s) e escrita(s)		English
5.4.8 Fontes		HMC, <i>Principal Family and Estate Collections: Family Names L-W</i> , 1999 <i>Complete Peerage</i> , 1936 <i>Burkes Peerage</i> , 19q70 <i>Complete Baronetage</i> , vol 5, 1906
6. RELAÇÕES DAS PESSOAS COLECTIVAS, PESSOAS SINGULARES E FAMÍLIAS COM A DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO E OUTROS RECURSOS		
<i>Primeiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Family and estate papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0056 DE 3214
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival materials
6.3 Natureza das relações		Creator
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		12 th -20 th cent
<i>Segundo recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Rutland estate sales papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0056 DE 3177/36-44
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival materials
6.3 Natureza das relações		Creator
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1925-26
<i>Terceiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Deeds, family financial and trust papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0056 DE 2459
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival materials
6.3 Natureza das relações		Creator
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		17 th -19 th cent
<i>Quarto recurso relacionado</i>		

6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Pickwell (Leicestershire) estate maps
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0056 89-91/30
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival materials
6.3 Natureza das relações		Creator
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1616, 1736
<i>Quinto recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Deeds, family and estate papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0056 DE 1797
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival materials
6.3 Natureza das relações		Creator
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		13 th -18 th cent
<i>Sexto recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Welham (Leicestershire) deeds and estate papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0056 81'30
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival materials
6.3 Natureza das relações		Creator
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1745-1838
<i>Sétimo recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Chipping Campden (Gloucestershire) deeds and papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0056 DE 3214
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival materials
6.3 Natureza das relações		Creator
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		15 th -20 th cent
<i>Oitavo recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Chipping Campden (Gloucestershire) deeds and papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0040 D329
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival materials
6.3 Natureza das relações		Creator
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1707-1881
<i>Nono recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Titchfield (Hampshire) deeds and estate papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0041 5M53
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival materials
6.3 Natureza das relações		Creator
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		13 th -18 th cent
<i>Décimo recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	A-E Noel and Edwards family corresp and papers 18 th -20 th cent
	<i>Unique Identifier</i>	GB 800819
6.2 Tipos de recursos relacionados		Archival materials
6.3 Natureza das relações		Creator
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		18 th -20 th cent
<i>Décimo primeiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Title</i>	Noel family seal
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0066, E 40/12531
6.2 Tipos de recursos relacionados		Attached seal, Andrew Noel
6.3 Natureza das relações		Owner
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou das relações		1551-1552

Exemplo n° 11. Família.**Língua: francês, país de origem: França.**

5.1 ZONA DA IDENTIFICAÇÃO		
5.1.1 Tipo de entidade		Famille
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome		Dampierre, famille de (seigneurs de Biville-la-Baignarde, la Forest, Grainville, Millancourt, Montlandrin, Sainte-Agathe, Sain-Suplix et Sélincourt, puis marquis et comtes de Dampierre)
5.1.5 Outras formas do nome		Dampierre-Millancourt Dampierre de Millancourt Dampierre de Sainte-Agathe Dampierre de Sélincourt
5.1.6 Identificador para pessoas colectivas		Sans objet
5.2 ZONA DA DESCRIÇÃO		
5.2.1 Datas de existência		XII ^e siècle à nos jours
5.2.2 História		La famille de Dampierre, qui compte encore aujourd'hui des représentants, est issue d'une maison chevaleresque de ce nom, citée dès le XII ^e siècle en Haute-Normandie. Ses armes sont d' " argent à trois losanges de sable, 2 et 1 ". Elle a été maintenue dans sa noblesse à l'intendance de Picardie, le 21 mai 1667 et le 15 juin 1700, sur preuves remontant seulement à Adrien de Dampierre, seigneur de Sainte-Agathe d'Aliermont, marié en 1525 à Isabeau Bernard, dont la descendance a formé plusieurs rameaux.
5.2.3 Lugares		Les premiers Dampierre, Elie et Guillaume, sont cités dans les grands rôles de l'Echiquier comme habitant le bailliage d'Arques en 1196. La branche dite de Sainte-Agathe, aujourd'hui éteinte, s'installa au XVII ^e siècle dans la paroisse d'Yzengremer en Ponthieu qui englobait la seigneurie de Millancourt qu'elle ajouta à son nom patronymique. Au XVIII ^e siècle, les Dampierre-Millancourt se fixèrent aux Antilles. Au XIX ^e siècle, les marquis de Dampierre se partagèrent entre leurs terres en Saintonge (Plassac), en Agenais (Sauveterre d'Astaffort) et en Anjou (le Chillou).
5.2.4 Estatuto legal		Sans objet
5.2.5 Funções, ocupações e actividades		Au XV ^e siècle, Jourdain, seigneur de Dampierre et de Biville, panetier du roi, s'illustra dans la défense du château des Moulineaux (Hauts-de-Seine). Ses fils Hector et Guillaume furent respectivement maître d'hôtel de Louis XI et lieutenant général de Normandie. Au XVIII ^e siècle, Marc-Antoine, dit le marquis de Dampierre (1676-1756), fut gentilhomme des chasses et plaisir de Louis XV et composa de nombreuses fanfares de cor. Au XIX ^e siècle, Aymar, marquis de Dampierre (1787-1845), se posa comme champion des Bourbons après Waterloo et devint pair de France en 1827. Son fils, Elie, marquis de Dampierre (1813-1896) fut élu député des Landes en 1848, combattit la politique personnelle du prince Napoléon, et, après le coup d'Etat du 2 décembre, rentra dans la vie privée. Député des Landes à l'Assemblée nationale en 1871, il joua un rôle dans la préparation de la restauration monarchique de 1871-1872 et contribua à renverser Thiers en 1873. Chartiste, historien, le petit-fils d'Elie, Jacques, marquis de Dampierre (1874-1947), présida la Société d'information documentaire et le comité directeur de l'Agence française pour la normalisation. Il fut aussi conseiller général de Maine-et-Loire.
5.2.7 Estruturas internas / Genealogia		Les jugements de maintenue de noblesse des XVII ^e et XVIII ^e siècles ne donnent la filiation des Dampierre qu'à partir d'Adrien de Dampierre, écuyer, seigneur de Sainte-Agathe, qui épousa en mai 1525 Isabeau Bernard. Adrien de Dampierre vivait encore quand son fils, Guillaume, épousa Claude de Cassaulx par contrat du 6 novembre 1555. Guillaume de Dampierre eut trois fils, Pierre, qui continua la descendance, Jean, qui fut l'auteur de la branche des seigneurs de Grainville, et Jacques, seigneur de Saint-Suplix dont la descendance s'éteignit dans la deuxième moitié du XVII ^e siècle. Pierre de Dampierre, écuyer, seigneur de Sainte-Agathe, fils aîné de Guillaume, épousa d'abord, en 1580, Marie Picquet, puis, en 1585, Marie de Loisel, héritière de la seigneurie de Millancourt en Ponthieu. Ses trois fils, Pierre II, né du premier lit, et Aymar et François, nés du second lit, furent les auteurs de trois grandes branches. Descendant de Pierre II de Dampierre, le marquis Elie de Dampierre (1813-1896) eut deux fils, Aymar et Eric. D'Aymar sont issus les marquis de Dampierre (branche aînée), d'Eric descendent les comtes de Dampierre (branche cadette).

5.3 ZONA DAS RELAÇÕES		
<i>Primeira relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas		Abbadie de Saint-Germain, famille d'
5.3.2 Tipo de relação		Relation d'association
5.3.3 Descrição da relação		En 1812, Aymar, marquis de Dampierre, épouse Julie-Charlotte d'Abbadie de Saint-Germain, issue d'une des plus brillantes familles de la noblesse parlementaire en Béarn.
5.3.4 Datas da relação		1812-
<i>Segunda relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas		Barthélémy, famille
5.3.2 Tipo de relação		Relation d'association
5.3.3 Descrição da relação		La famille de Dampierre s'allia aux Barthélémy par le mariage, en 1842, du marquis Elie de Dampierre et d'Henriette Barthélémy (1813-1894), petite-nièce de l'abbé Barthélémy et nièce de François, marquis Barthélémy.
5.3.4 Datas da relação		1842-
<i>Terceira relação</i>		
5.3.1 Nome / Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas		Juchault de Lamoricière, famille de
5.3.2 Tipo de relação		Relation d'association
5.3.3 Descrição da relação		En 1873, Anicet Marie Aymar, comte de Dampierre, fils du marquis Elie, épouse Marie-Isabelle, la plus jeune fille du général de Lamoricière.
5.3.4 Datas da relação		1873-
5.4 ZONA DO CONTROLO		
5.4.1 Identificador do registo de autoridade		FR/AN CHAN 00055
5.4.2 Identificador(es) da instituição		FR/AN CHAN Centre historique des Archives nationales
5.4.3 Regras e/ou convenções		Notice établie conformément aux normes ICA-ISAAR (CPF) du Conseil international des Archives et AFNOR NF Z 44-061 juin 1986 Catalogage : forme et structure des vedettes noms de personne, des vedettes titres, des rubriques de classement et des titres forgés
5.4.4 Nível de elaboração		Notice validée par la direction des Archives de France.
5.4.5 Nível de detalhe		Notice complète
5.4.6 Datas de criação, revisão ou eliminação		Février 2004
5.4.7 Língua(s) e escrita(s)		Français (France).
5.4.8 Fontes		CHAIX-D'EST-ANGE (Gustave), <i>Dictionnaire des familles françaises anciennes ou notables à la fin du XIX^e siècle</i> , Evreux, 1903-1929, 20 vol. in-8, t. 13, p. 75-81. LARQUIER-ROCHFORT (Bernard de), <i>Dictionnaire de Dampierre, descendance complète d'Aymar, marquis de Dampierre,... de 1787 à 1978</i> , Paris : B. de Larquier-Rochefort, 1979, 341 p. LARQUIER-ROCHFORT (Bernard de), <i>Les Dampierre en Saintonge. Préface du Marquis de Dampierre</i> , Paris, " Les Seize ", Édition du Palais-Royal, [1968?], X, 384 p. illustr., généal. tables, planches, 24 cm.
5.4.9 Notas de manutenção		Notice rédigée par Claire Sibille, conservateur à la direction des Archives de France
6. RELAÇÕES DAS PESSOAS COLECTIVAS, PESSOAS SINGULARES E FAMÍLIAS COM A DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO E OUTROS RECURSOS		
<i>Primeiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados		Fonds Dampierre. Description dans <i>Archives Dampierre (289AP). Répertoire numérique détaillé</i> , par Claire Sibille, conservateur, sous la direction de Christine Nougaret, conservateur général responsable de la section des Archives privées, avec la collaboration de Florence Clavaud, conservateur responsable du service des nouvelles technologies. Première édition sous la forme électronique. Paris, Centre historique des Archives nationales, août 2003 (www.archivesnationales.culture.gouv.fr).

6.2 Tipos de recursos relacionados		Fonds d'archives
6.3 Natureza das relações		Producteur. Conservées au Centre historique des Archives nationales, les archives Dampierre se composent de deux parties distinctes : le fonds " Dampierre-Lamoricière-château du Chillon " (archives de la branche aînée) et le chartrier de Plassac (archives de la branche cadette).
<i>Segundo recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados		Microfilm des archives Dampierre-Millancourt provenant du château d'Yzengremer (Somme). Description dans <i>Les Archives nationales, Etat général des fonds</i> , t. IV, <i>Fonds divers</i> , Paris : Archives nationales, 1980, p. 339.
6.2 Tipos de recursos relacionados		Fonds d'archives
6.3 Natureza das relações		Producteur
<i>Terceiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados		Aveux, déclarations, pièces de procédure relatifs aux seigneuries de Champtocé et d'Ingrandes, en Anjou.
6.2 Tipos de recursos relacionados		Fonds d'archives
6.3 Natureza das relações		Producteur. Les archives des Dampierre relatives à leurs seigneuries de Champtocé et d'Ingrandes ont été déposées aux Archives départementales de Maine-et-Loire.